

Revista

Ecologia Integral

Ano 12 - Nº 42

Uma publicação do Centro de Ecologia Integral

por uma cultura de paz e pela ecologia integral



Foto: Desirée Ruas

Um longo caminho pela frente

As discussões da Cúpula dos Povos, da Rio+20 e dos eventos paralelos pelo futuro do planeta

Especial Cúpula dos Povos e Rio+20

- 2 2012: um ano de importantes discussões socioambientais
 - 3 Rio+20: discussões sem comprometerimentos práticos
 - 6 Avaliações pós-Rio+20
 - 7 Cúpula dos Povos: o lugar da crítica à economia verde
 - 9 O que é economia verde?
 - 11 Por um novo modelo de sociedade
 - 12 Momentos da Cúpula dos Povos
 - 13 Diversidade de pontos de vista na Cúpula dos Povos
 - 14 Múltiplos espaços de discussão e manifestação
 - 15 Muitas formas de participação e protesto
 - 16 Marcha dos Povos
 - 17 Eventos paralelos à Rio+20
 - 20 Rede Carta da Terra na Cúpula dos Povos
Seminário Juventude e Carta da Terra
 - 21 Educação ambiental em rede planetária
 - 22 Comitê Mineiro na Cúpula dos Povos
 - 24 Por um novo modelo de produção e consumo
 - 25 Os desafios da economia solidária
 - 26 Indígenas unidos em defesa de seus direitos
 - 27 O que é ser índio hoje?
 - 28 Manifestações contra Belo Monte e o Código Florestal
 - 29 Mudanças climáticas no centro da questão
 - 30 Os perigos da geoengenharia no controle do clima
 - 31 Debates sobre agroecologia e agrotóxicos
- PONTO DE VISTA
- 32 Democracia direta e democracia representativa - A Cúpula dos Povos mostra ao mundo a diferença – por *Dorinha Alvarenga*

33 Justiça social e ambiental - Pelos direitos das populações vulneráveis – Por *María Lyra L. Araújo e Poliane J. R. Alves de Oliveira*

35 Juventude na Cúpula dos Povos - Novos caminhos para a convergência – por *Sâmia Bechelane*

36 ESPAÇO DA FLORINDA

38 ATIVIDADES DO CENTRO DE ECOLOGIA INTEGRAL

Ilustração: Emídio



Foto: José Luiz

7



Foto: Desirée Ruos

13



Foto: José Luiz

15



Foto: José Luiz

26

A Revista Ecologia Integral é uma publicação do Centro de Ecologia Integral, associação sem fins econômicos, que tem por finalidade trabalhar por uma cultura de paz e pela ecologia integral, apoiando e desenvolvendo ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano, da sociedade e do meio ambiente, por meio de atividades que promovam a ecologia pessoal, a ecologia social e a ecologia ambiental. A Revista é um dos meios utilizados para divulgar, informar, sensibilizar e iniciar um processo de transformação em direção à ecologia integral e a uma cultura de paz.

Revista Ecologia Integral

Ano 12 - Nº 42 - Novembro de 2012

Publicação eletrônica do

Centro de Ecologia Integral - Cei

Registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob o nº 1093

Conselho Editorial:

Ana Maria Vidigal Ribeiro, Desirée R. Ruas e José Luiz Ribeiro de Carvalho

Editora:

Ana Maria Vidigal Ribeiro - MG 5961 JP

Jornalista responsável:

Desirée Rodrigues Ruas - MG 5882 JP

Projeto gráfico e editoração:

Desirée R. Ruas

Endereço para correspondência:

Centro de Ecologia Integral
Rua Bernardo Guimarães, 3.101
Sala 206 - Bairro Santo Agostinho
Belo Horizonte - Minas Gerais
Cep: 30.140-083
Telefone: (31) 3275-3602
cei@ecologiaintegral.org.br
www.ecologiaintegral.org.br

Para a divulgação da ecologia integral e da cultura de paz, os conteúdos aqui apresentados podem e devem ser repassados adiante. Você pode reproduzir os textos da Revista Ecologia Integral, citando o autor (caso houver) e o nome da publicação da seguinte forma: "Extraído da Revista Ecologia Integral, uma publicação do Centro de Ecologia Integral. Informações no site www.ecologiaintegral.org.br". Fineza enviar-nos cópia do material produzido para o nosso arquivo. As fotografias e as ilustrações da Revista só podem ser utilizadas com a autorização de seus autores.

2012: o início do fim de um mundo insustentável?

A experiência de participar da Cúpula dos Povos

A Cúpula dos povos foi um movimento histórico, inesquecível. Foi uma experiência e uma vivência única testemunhar a união dos povos indígenas na defesa dos seus direitos, tomar um susto com os perigos da geoengenharia, presenciar a união em torno da luta contra o extrativismo predatório, ver as pessoas unidas em torno das questões socioambientais, num movimento autêntico das muitas faces da sociedade civil que, com certeza, trará mais resultados, mesmo que a longo prazo, porque é um movimento de base.

É muito importante conhecermos os movimentos sociais de perto, pois a sua diversidade é uma grande riqueza. Cada um tem sua mensagem, sua realidade, sua luta e características muito específicas. Há, no entanto, muitos pontos em comum como, por exemplo, buscam um sistema novo de vida, que distribua melhor a riqueza, que não destrua o planeta, que seja justo e sustentável em todos os aspectos.

Quanto ao evento oficial, a Rio+20, ficou claro que os representantes de cada Estado defendem suas posições e seus interesses político-econômicos nacionalistas. Por isto não conseguem chegar a um consenso. Não são consideradas nem valorizadas as vozes em defesa do planeta terra, da natureza, da vida, que correm sérios riscos com o adiamento dos compromissos que deveriam ter sido assumidos.

Ficou claro também que não dá mais para a sociedade civil esperar pelos governos, pelos Estados e, principalmente, pelo sistema econômico vigente, para implementar as mudanças que necessitamos. A verdadeira transformação já está acontecendo pela atuação dos movimentos sociais, a partir de sua luta diária e de seu trabalho em rede.

Estamos vivendo um momento de transição importante. Não sabemos quanto tempo este período vai durar, nem quais serão os caminhos que ele trilhará. Sabemos apenas que não temos muitas alternativas. Somente uma sociedade mais justa, compromissada com a felicidade de todos e com a sustentabilidade da vida poderá sobreviver a esta crise sem precedentes. Que 2012 seja o início do fim de um mundo insustentável!

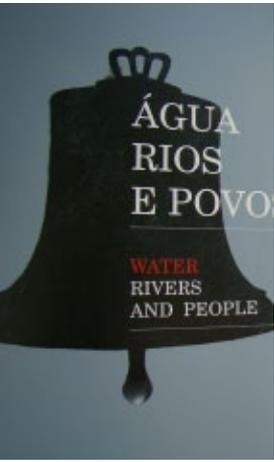
Um grande abraço a todos.

Ana Maria e José Luiz

Diretores do Centro de Ecologia Integral



2012: um ano de importantes discussões socioambientais



2012 está sendo um ano importante para a discussão da questão socioambiental mundial. O mais importante evento da Organização das Nações Unidas sobre o tema, a Rio+20, realizada em junho, assim como a Cúpula dos Povos, aconteceram no Brasil e reuniram milhares de pessoas para o debate sobre *o futuro que queremos*. Temas como habitação, transporte, segurança alimentar, combate à pobreza estiveram na mesma mesa de discussão de temas como proteção das florestas, das águas e combate às mudanças climáticas. Isso porque sabemos que a questão ambiental é sempre socioambiental. A água que é poluída afeta os ecossistemas aquáticos assim como homens, mulheres e crianças. A poluição gerada em um hemisfério interfere no clima de forma global provocando alterações nas chuvas, temperatura, derretimento de geleiras. A exploração de recursos naturais em vários países, muitas vezes em condições subumanas, alimenta o consumo nos países ricos. A destruição das montanhas em Minas Gerais abastece a produção industrial na China que transforma o minério em bens consumidos em todo o mundo. Esta grande teia de relações de produção e consumo, motor da economia capitalista, ao mesmo tempo que satisfaz as necessidades de parte da população mundial, é também o sustentáculo do consumismo e a grande causadora das alterações do planeta. Perda da biodiversidade, interferências nos ecossistemas, poluição da água, do solo, do ar, emissão de gases de efeito estufa são problemas amplamente conhecidos por todos mas falta a reflexão sobre a parcela de responsabilidade de cada um de nós, enquanto consumidores, pela atual situação do planeta. Falta perguntar: até que ponto conceitos como o de economia verde não servem apenas para maquiagem o atual modelo, apresentando pouca ou nenhuma contribuição para a crise ambiental que vivemos, sem falar nas demais crises atuais: alimentar, energética, financeira, social, de representação política etc. Entendemos a dimensão de um planeta em crise, com uma economia em crise, os grupos humanos em crise e um ser humano em crise. Falta perguntar até que ponto a manutenção do atual modelo de produção e consumo, que sabidamente precisa ser mudado para o bem de todos e do planeta, continuará beneficiando de forma desigual uma pequena parcela da sociedade e grandes corporações. Até que ponto não estamos separados em dois grupos distintos: os que detêm o capital, comandam o atual modelo de produção, e a sociedade de consumo, que alimenta o modelo, influenciada pela comunicação de massa e pelos valores materialistas típicos do capitalismo. Dois grupos tão diferentes, com poderes tão desiguais, mas ambos contribuindo para um planeta injusto e com esgotamento de seus sistemas vitais.



Fotos: Desirée Ruas



Revista Ecologia Integral nº 42

Rio +20: discussões sem comprometerimentos práticos

Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza foram os temas centrais das discussões da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que resultou em um documento sem compromissos concretos

Foto: ONU/ Unic Rio – Roberto Stuckert Filho/PR

Qual é o futuro que queremos? A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+20 – o maior encontro de chefes de Estado e delegações já organizado pela Organização das Nações Unidas, ONU, para divulgar temas ligados ao desenvolvimento sustentável, realizada entre 13 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, – terminou sem responder à questão que emba-



sou suas discussões. O documento final da Conferência, que não contou com a presença dos presidentes ou chefes de Estado de alguns dos países mais ricos do mundo, como Estados Unidos, China, Inglaterra, Alemanha e outros, foi visto como uma reunião de intenções que prorroga para 2015 a definição de metas para o desenvolvimento sustentável. Uma das expectativas era de que a reunião conseguisse determinar tais metas em diferentes áreas, mas isso não foi atingido. O documento apenas definiu a criação de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, que receberão propostas por uma comissão intergovernamental, para adoção a partir de 2015.

Líderes globais posam para foto oficial da Rio+20 que faz parte do ciclo de conferências ambientais da ONU, que teve início em 1972, em Estocolmo, na Suécia

Soluções lentas, problemas urgentes

A proposta, segundo o governo brasileiro, era de construir uma agenda do desenvolvimento sustentável para os próximos 20 anos. Mas a expectativa para com a comissão que norteará o andamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável não é muito positiva pois as comissões, criadas após conferências como esta, nem sempre atingem ►

Comissão definirá Metas de Desenvolvimento Sustentável

Os membros do Painel Consultivo que vai elaborar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, cujas bases foram lançadas na Rio+20, foram escolhidos durante a 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em setembro de 2012. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, foi nomeada para fazer parte da comissão. Integram ainda a equipe outros 25 membros da sociedade civil, do setor privado e de governos como China, Estados Unidos, França, Alemanha, Cuba, Índia e México. Serão copresidentes das discussões o premiê britânico, David Cameron, e os presidentes da Indonésia, Susilo Yudhyono, e da Libéria, Ellen Sirleaf.

O Fórum de Alto Nível na ONU, que terá a missão de definir os Objetivos e Metas do Desenvolvimento Sustentável até 2014, também terá a função de monitorar a implementação deles a partir de 2015, quando se encerra o prazo de execução dos 8 Objetivos do Milênio. Resultado das negociações da Rio+20, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, terão papel importante no direcionamento de políticas e iniciativas de governos, organizações internacionais, bancos multilaterais de desenvolvimento e outros atores públicos e privados, induzindo a adoção de padrões mais sustentáveis de maneira transversal. Os Objetivos deverão ser traduzidos em metas concretas, quantificáveis e verificáveis e estar relacionados a aspectos como erradicação da pobreza, segurança alimentar e nutricional, acesso a trabalho decente e acesso a fontes apropriadas de energia, entre outros.



Foto: ONU/Unic Rio - Pieter Zolfs

(À esquerda) A Diretora da Divisão de Comunicação Estratégica, a americana Deborah Seward, a Ex-Primeira-Ministra da Noruega e Enviada Especial do Secretário-Geral da ONU para Mudanças Climáticas, Gro Harlem Brundtland, e a Subsecretária-Geral e Diretora Executiva da ONU Mulheres, Michelle Bachelet, em conferência de imprensa do programa 'O futuro que querem as mulheres'

▶ seus objetivos como aconteceu com o Protocolo de Quioto, que não conseguiu concretizar a redução de emissão dos gases de efeito estufa.

Ambientalistas e cientistas não ficaram otimistas com o resultado da Rio+20 já que esperavam compromissos concretos das nações para combater as questões mais críticas do planeta, seja em termos sociais ou ambientais. O documento 'O futuro que queremos' não traz decisões substantivas em seus 289 parágrafos, assim como não apresenta recomendações concretas sobre a erradicação da pobreza ou a redução do uso de combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e gás natural) e o aumento do uso de fontes renováveis de energia. A falta de inovação e compromissos concretos desapontam, já que o conteúdo não apresenta nada que não tenha sido acordado previamente em outros tratados ou convenções. Por sua vez, antes mesmo da ratificação pelos chefes de Estado, integrantes da sociedade civil assinaram uma carta endereçada aos governantes intitulada 'A Rio+20 que não queremos': "O documento intitulado 'O futuro que queremos' é fraco e está muito aquém do espírito e dos avanços conquistados nestes últimos 20 anos, desde a Rio-92. Está muito aquém, ainda, da importância e da urgência dos temas abordados, pois simplesmente lançar uma frágil e genérica agenda de futuras negociações não assegura resultados concretos", afirma o documento, assinado por mais de mil ambientalistas e representantes de organizações não-governamentais.

A carta diz ainda que a Rio+20 passará para a história como uma conferência das Nações Unidas que ofereceu à sociedade mundial um texto marcado por "graves omissões que comprometem a preservação e a capacidade de recuperação socioambiental do planeta, bem como a garantia, às atuais e futuras gerações, de direitos humanos adquiridos." ▶

Breve histórico das discussões ambientais mundiais

Eventos com abrangência mundial como o Clube de Roma, em 1970, e a Conferência de Estocolmo, em 1972, marcaram o início da construção de pautas ambientais na agenda política global. Antes desse período, a questão ambiental ficava reduzida a debates locais e sem maior repercussão. Como consequência da Conferência de Estocolmo, foi elaborado, em 1987, o documento 'Nosso Futuro Comum', ou relatório Brundtland, coordenado pela então primeira-ministra norueguesa Gro-Brundtland, trazendo o conceito de "desenvolvimento sustentável". De acordo com o relatório, o desenvolvimento sustentável é aquele que permite a satisfação das necessidades da geração atual sem comprometer a satisfação das necessidades das futuras gerações.

Em 1992 e em 2012

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, a Eco-92 ou Rio-92, foi um marco em diferentes sentidos. O maior encontro realizado pela Organização das Nações Unidas, ONU, até então, aprovou documentos e tratados relevantes. São eles a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, o Protocolo de Quioto e a Convenção sobre Diversidade Biológica, além de iniciar as discussões para a Convenção de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. A Conferência legitimou o conceito de desenvolvimento sustentável e inaugurou o ciclo de conferências sociais da ONU. Além das reuniões de governantes e diplomatas, centenas de organizações e movimentos sociais promoveram durante a Eco-92 diferentes atividades no Aterro do Flamengo, no chamado Fórum Global. O documento Carta da Terra foi resultado deste movimento da sociedade civil.

Vinte anos depois, a Conferência Rio+20 foi convocada para discutir o tema economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. A Rio+20 produziu um documento que expressa uma disposição tímida dos 193 países membros da ONU em agir para mudar a crise socioambiental atual.



Plenária na abertura da Rio+20 no dia 20 de junho de 2012 no RioCentro

► O documento termina dizendo que a sociedade civil não ratifica o texto da Rio+20. “Por tudo isso, registramos nossa profunda decepção com os chefes de Estado, pois foi sob suas ordens e orientações que trabalharam os negociadores, e esclarecemos que a sociedade civil não compactua nem subscreve esse documento”, conclui a carta ‘A Rio+20 que não queremos’.

Questões críticas

A preocupação de cientistas, ambientalistas e da sociedade civil em geral se deve ao fato de que inúmeros relatórios científicos, preparados nos últimos anos, alertam para o agravamento da situação socioambiental. O tema mais preocupante são as mudanças climáticas. As conferências internacionais buscam reunir os esforços das nações em prol de um objetivo comum por meio de tratados, convenções e protocolos que, quando ratificados pelo parlamento dos países participantes, tornam-se leis. Para a sociedade em geral, a expectativa era que a Rio+20 fosse além do que se alcançou na Eco-92. O texto da Rio+20 recebeu críticas também das próprias delegações que participaram da conferência. Os negociadores da União Europeia classificaram a redação de “pouco ambiciosa” e disseram que faltam “ações concretas” de implementação das ações voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Para o governo brasileiro, que viu como uma vitória a finalização do documento ‘O futuro que queremos’, a abordagem das duas conferências, em 1992 e agora em 2012, é diferente. A Rio-92 representou a finalização de negociações iniciadas nas décadas anteriores e culminou na assinatura de documentos importantes, tendo como foco a preservação ambiental. Na Rio+20, os debates tiveram uma perspectiva de futuro, discutindo temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e à economia verde. Também na plenária de encerramento, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, que havia dito em um primeiro momento que o documento era fraco, afirmou que “o documento final que foi adotado por consenso fornece formação firme para um bem-estar social, econômico e ambiental. Agora é nossa responsabilidade desenvolver isso”. “Não podemos mais hipotecar o nosso futuro para as necessidades de curto prazo”, alertou. No documento, foi mantido o trecho “com total participação da sociedade civil”, que ONGs haviam pedido para ser retirado porque consideram que foram excluídas do processo de construção do documento.

O documento prevê, entre outras medidas, a criação de um fórum político ►

As etapas da Rio+20

11 de janeiro de 2012: foi lançado pela ONU o Rascunho Zero (Draft Zero), inicialmente com 20 páginas, o primeiro esboço do texto que foi debatido durante a Rio+20.

Março, abril e maio de 2012: após rodadas de negociações entre os representantes de governos e os *Major Groups* na sede da ONU em Nova Iorque foi definido o Rascunho Um.

De 13 a 15 de junho de 2012: neste período aconteceu a terceira e última reunião do Comitê Preparatório, que negociou o documento final, com a participação de representantes dos países membros das Nações Unidas, sendo a última rodada de negociações.

De 16 a 19 de junho, aconteceram os Diálogos sobre Desenvolvimento Sustentável, nos quais representantes da sociedade civil internacional se reuniram para debater alguns dos principais temas relacionados ao desenvolvimento sustentável do planeta. Suas recomendações foram enviadas aos chefes de Estado e de governo. Representantes da sociedade civil não apoiaram o conteúdo do documento final, afirmando que suas sugestões não foram contempladas.

De 20 a 22 de junho, foi o momento em que os chefes de Estado e de governo se reuniram para tomar as decisões finais e aprovar o documento final.

Avaliações pós-Rio+20

Pesquisadores da área da biodiversidade, bioenergia e mudanças climáticas globais reuniram-se em São Paulo, no dia 23 de agosto de 2012, no evento “Mudanças Climáticas: o futuro que não queremos – uma reflexão sobre a Rio+20”. O evento teve a finalidade de fazer uma avaliação crítica dos resultados da Rio+20.

De acordo com Carlos Alfredo Joly, coordenador do Programa Biota da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fapesp, a maior esperança dos cientistas para que a conferência tivesse um resultado concreto era que o texto final reconhecesse, já em sua introdução, o conceito de limites planetários, proposto em 2009 por Johan Rockström, da Universidade de Estocolmo. A expectativa, porém, foi frustrada. “De 1992 até hoje, tivemos um grande avanço no conhecimento em relação aos limites planetários e o trabalho de Rockström já se tornou um clássico. Destacar isso no texto final poderia contribuir para uma mudança de paradigmas que definiria uma nova trajetória para o planeta. Mas isso não foi feito”, disse.

Praticamente todas as referências a uma agenda para a biodiversidade foram cortadas do texto. O Documento Zero, que foi o ponto de partida para a declaração, tinha seis parágrafos sobre a biodiversidade nos oceanos, com metas e agenda, e no texto final são 19 parágrafos, mas nenhum deles estabelece metas ou agenda”, afirmou Joly.

Paulo Artaxo, membro da coordenação do Programa de Mudanças Climáticas da Fapesp, destacou que as menções à questão das mudanças climáticas também foram quase nulas. “O texto final da RIO+20 tem 53 páginas, divididas em 283 tópicos. Desse total, apenas três tópicos mencionam a questão do clima. Além da escassez, o conteúdo das menções à questão do clima é muito vago, segundo Artaxo. “O texto se limita a afirmar que as mudanças climáticas estão entre os maiores desafios do nosso tempo e que o tema gera preocupação, por exemplo”, disse.

Para o pesquisador, no entanto, seria ingenuidade acreditar que a conferência poderia trazer soluções imediatas para a questão da sustentabilidade global. A oportunidade perdida na conferência foi a de contribuir para acelerar as decisões necessárias.

“O problema é enorme e envolve todo o sistema de produção que roda a economia e a política de todo o nosso planeta. Uma questão desse porte não pode ser resolvida em uma única reunião, ou mesmo em uma década. O equacionamento vai demorar pelo menos mais 10 anos – o nosso problema é que não temos todo esse tempo”, disse. **Fonte: Agência Fapesp**

► de alto nível para o desenvolvimento sustentável dentro das Nações Unidas, além de reafirmar um dos princípios da Declaração da Rio-92, sobre as “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. Este princípio significa que os países ricos devem investir mais no desenvolvimento sustentável por terem degradado mais o meio ambiente durante séculos. Outra medida aprovada é o fortalecimento do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, Pnuma, e o estabelecimento de um mecanismo jurídico dentro da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar – Unclos, na sigla em inglês, *United Nations Convention on the Law of the Sea* – que estabelece regras para conservação e uso sustentável dos oceanos.

“O futuro que queremos” da Rio+20, além de outros documentos da Rio-92 e de outras conferências da ONU, estão disponíveis em <http://www.onu.org.br/rio20/documentos/> ■

Foto: ONU/Unic Rio - Pieter Zaliss



O Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon reunido com 36 delegados da Cúpula dos Povos, que apresentaram o documento político final elaborado durante as Plenárias de Convergência organizadas por ONGs e movimentos sociais, reunidos no evento paralelo à Rio+20, a Cúpula dos Povos

Foto: ONU/Unic Rio - Vitor Brunoro



Jovem no Riocentro protesta na Rio+20 com mensagem "Contra o Capitalismo Verde, pelo fim do racismo ambiental"

Cúpula dos Povos: o lugar da crítica à economia verde

Foto: Desirée Ruas

Com a bandeira da valorização dos bens comuns e debatendo alternativas à lógica do mercado, a Cúpula dos Povos, realizada no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, de 15 a 23 de junho de 2012, discutiu alternativas ao atual modelo de economia vigente e suas consequentes crises

Enquanto no Riocentro, na Conferência Rio+20, discutia-se a economia verde como solução para os problemas socioambientais da atualidade, do outro lado da cidade, no Aterro do Flamengo, a Cúpula dos Povos gritava não ao atual sistema político-econômico-financeiro.

O território da Cúpula dos Povos foi organizado com a proposta de ser livre da presença corporativa e com base na economia solidária, agroecologia, em ações de comunidades indígenas e quilombolas. Nas atividades autogestionadas, plenárias e assembleias, além da Marcha dos Povos, a Cúpula dos Povos buscou reunir movimentos de mulheres, indígenas, negros, juventudes, agricultores familiares e camponeses, trabalhadores, povos, associações, ONGs e comunidades.

No discurso que predominou na Cúpula dos Povos foi evidenciado o retrocesso da Conferência Mundial de 2012 em comparação com a de 1992, como consta na declaração final: **"a Rio+20 repete o falido roteiro de falsas soluções"** ►



Evento paralelo à Rio+20 reuniu 300 mil pessoas para discussões sobre temas socioambientais

Como foi construída a Cúpula dos Povos?

Para os organizadores da Cúpula dos Povos, o balanço geral é que a Cúpula cumpriu com um papel importante realizando o que se propôs: "ser um contraponto ao processo oficial (a Rio+20)". A Cúpula reuniu um público de aproximadamente 300 mil pessoas. Nas tendas foram 681 atividades nacionais e 330 internacionais em um total de 1011 atividades. Nos Territórios do Futuro foram 171 atividades nacionais e 48 internacionais, num total de 219. Sete mil organizações não-governamentais de todo o mundo participaram do evento.

A Cúpula dos Povos foi organizada pelo Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20, CFSC, um grupo plural, formado por coletivos e redes da sociedade civil brasileira. Dentro dele, foi formado o Grupo de Articulação, GA, formado por 33 redes e movimentos de representação nacional, responsável pelas decisões e seu direcionamento político. A Cúpula dos Povos foi organizada em grupos de discussão autogestionados, plenárias de convergência, na Assembleia Permanente dos Povos e num espaço para organizações e movimentos sociais exporem, praticarem e dialogarem com a sociedade sobre suas experiências e projetos, chamado de Territórios do Futuro, assim como exposições e feiras de economia solidária. A Assembleia Permanente dos Povos – o principal fórum político da Cúpula, foi organizada em torno de três eixos e debateu as causas estruturais da atual crise civilizatória. O objetivo da Cúpula foi afirmar paradigmas novos e alternativos construídos pelos povos e apontar a agenda política para o próximo período.

Os três eixos norteadores das discussões foram: causas estruturais das crises e injustiças sociais e ambientais, falsas soluções e novas formas de acumulação do capital sobre os povos e territórios; soluções reais e novos paradigmas dos povos; e agendas, campanhas e mobilizações que unificam o processo da luta anticapitalista após a Rio+20.

- defendidas pelos mesmos atores que provocaram a crise global. À medida que essa crise se aprofunda, mais as corporações avançam contra os direitos dos povos, a democracia e a natureza, sequestrando os bens comuns da humanidade para salvar o sistema econômico-financeiro.”

Foto: José Luiz



Intensa movimentação de pessoas no Aterro do Flamengo durante a Cúpula dos Povos

A declaração final da Cúpula dos Povos, síntese das discussões dos movimentos sociais e populares, sindicatos, povos, organizações da sociedade civil e ambientalistas de várias partes do mundo enfatizou que “... somos sujeitos de uma outra relação entre humanos e humanas e entre a humanidade e a natureza” e por isso é preciso assumir “o desafio urgente de frear a nova fase de recomposição do capitalismo e de construir, através de nossas lutas, novos paradigmas de sociedade.” Ainda segundo o documento, “a defesa dos bens comuns passa pela garantia de uma série de direitos humanos e da natureza, pela solidariedade e pelo respeito às cosmovisões e crenças dos diferentes povos, como, por exemplo, a defesa do “Bem Viver” como forma de existir em harmonia com a natureza, o que pressupõe uma transição justa a ser construída com trabalhadores e povos.”

A crítica ao atual sistema econômico predominante foi enfatizada em diversos momentos dentro da Cúpula e o sistema capitalista visto como o causador da grave crise socioambiental mundial e de grande parte da desigualdade, pobreza, guerras e destruição do planeta: “o capitalismo também leva à perda do controle social, democrático e comunitário sobre os recursos naturais e serviços estratégicos, que continuam sendo privatizados, convertendo direitos em mercadorias e limitando o acesso dos povos aos bens e serviços necessários à sobrevivência. A dita “economia verde” é uma das expressões da atual fase financeira do capitalismo que também se utiliza de velhos e novos mecanismos, tais como o aprofundamento do endividamento público-privado, o super estímulo ao consumo, a apropriação e a concentração das novas tecnologias, os mercados de carbono e biodiversidade, a grilagem e estrangeirização de terras e as parcerias público-privadas, entre outros,” conclui o documento final.

Como alternativas ao atual sistema agro-urbano-industrial, foram propostas, entre outras, a defesa dos espaços públicos nas cidades, com gestão democrática e participação popular, a economia cooperativa e solidária, a soberania alimentar, um novo paradigma de produção, distribuição e consumo e a mudança da matriz energética. Para ler o documento final na íntegra e outras informações, acesse o site www.cupuladospovos.org.br ■

Diversas nacionalidades dialogando sobre justiça socioambiental

A Cúpula dos Povos continua?

A Cúpula dos Povos se desfez em 23 de junho de 2012. Este foi um consenso do Grupo de Articulação, GA, durante o planejamento do evento. Em nota, o GA afirmou que “a Cúpula dos Povos acabou junto do evento, mas ela prossegue como processo de lutas, sendo que todos os movimentos e entidades que construíram a Cúpula dos Povos, comitês estaduais incluídos, foram fundamentais. Desde sempre o Grupo de Articulação do Comitê Facilitador da Sociedade Civil - GA/CFSC trabalhou com o consenso de que no dia 23 de junho a Cúpula e as instâncias criadas para viabilizá-la iriam terminar, e que a partir daquela data cada um seguiria sua luta através de seus movimentos e entidades.”

Foto: José Luiz



O que é economia verde?

O termo não é fruto de consenso. Na definição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma, "uma economia verde é a que resulta em melhora do bem-estar humano e da equidade social, enquanto reduz significativamente riscos ambientais e a escassez ecológica". Em uma economia verde, se defende que "crescimento em renda e emprego deve ser baseado em investimentos públicos e privados que reduzam emissões de carbono e poluição, aumentam a eficiência energética e de recursos, e reduzem a perda de serviços da biodiversidade e dos ecossistemas". A economia verde, em suma, "sintetiza o reconhecimento crescente de que alcançar a sustentabilidade depende quase inteiramente em acertar na economia", salienta o órgão.

Contestação

Para Iara Petricovski, do Grupo Articulador da Cúpula dos Povos, o conceito de economia verde do relatório de 600 páginas do Pnuma diz que devemos atribuir um valor à natureza para que as pessoas entendam a importância que ela tem. "Mas nós, sociedade civil organizada, pensamos que os bens comuns não têm preço e estão para além de nós todos. A justificativa do Pnuma para esse conceito é que, se não dermos valor à natureza, os mercados e as corporações não vão entender que são importantes e vão continuar destruindo. Nós não concordamos." Ela questiona o conceito de economia verde lembrando que o Brasil tentou colocar o termo 'economia verde inclusiva' para lembrar do combate à pobreza. Mas com a desigualdade só aumentando a lógica que vai se constituir não será definida pelo estado e sim pelo setor corporativo.

Diretor do Pnuma na Cúpula

Presente na Cúpula dos Povos para participar de uma mesa de discussão sobre economia verde, o diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma, e um dos principais responsáveis pelo conceito, que vem sendo desenhado pela ONU, Achim Steiner defendeu o termo. Ele participou de uma mesa de discussão com algumas das principais lideranças do evento organizado por redes e movimentos sociais de todo o mundo. Ele citou o relatório "O Informe da Economia Verde", recomendando que todos o lessem. "Haverá partes que vocês vão gostar e outras que vocês não vão gostar. Mas ele reúne material de todo o mundo de como a economia verde está sendo praticada." Para Steiner, "no mundo de hoje não é realista dizer que não é útil valorizar um ecossistema também em termos econômicos porque, falando sobre os direitos territoriais ou da ecologia ou da ciência, no final, as contas são brutas." Lembrando do papel da sociedade como um todo no processo, ele frisou: "Não ▶

Economia verde segundo o Pnuma

Segundo o Programa Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma, a iniciativa *green economy* (economia verde), lançada em 2008, tem como objetivo mobilizar e reorientar a economia para investimentos em tecnologias verdes e infraestrutura natural. Concebida com o apoio de economistas, teria como meta promover uma mudança na economia global com base nos setores de energia e tecnologia limpa, incluindo reciclagem, energia rural, energia renovável e biomassa sustentável; de agricultura sustentável, incluindo orgânicos; de infraestrutura ecossistêmica; de redução de emissões por desmatamento e de construções verdes para a sustentabilidade e para a geração de empregos.

A iniciativa está fundamentada em três pilares: valorização e divulgação de serviços ambientalmente corretos para consumidores; geração de empregos no marco dos empregos verdes (*green jobs*) e definição de políticas nesse sentido; instrumentos e indicativos do mercado capazes de acelerar a transição para uma economia verde.

O relatório lançado em fevereiro de 2011 pelo Pnuma, intitulado 'Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza', afirma que investir dois por cento do PIB mundial em dez setores estratégicos pode ser o pontapé inicial para a transição rumo a uma economia verde de baixo carbono e eficiência de recursos. O relatório mostra a economia verde como um tema relevante não apenas para as economias mais desenvolvidas, mas também como um catalisador-chave para o crescimento e erradicação da pobreza nas economias em desenvolvimento, nas quais, em alguns casos, cerca de 90% do PIB está ligado à natureza ou a recursos naturais tais como a água potável.

O relatório traz como exemplo resultados de políticas que redirecionam cerca de 1,3 trilhão de dólares por ano em investimentos verdes e por meio de dez setores estratégicos, o equivalente a aproximadamente 2% do PIB mundial.

► conseguimos convencer quem toma as decisões, e podemos sempre culpar quem tem o poder. Mas estas são as pessoas que nos representam e nós os elegemos e compramos os produtos deles." Ao receber as diversas críticas dirigidas ao conteúdo do relatório do Pnuma que sugere a adoção de critérios sustentáveis para o sistema econômico global, Steiner afirmou que o Pnuma não defende a privatização da natureza e definiu o mercado financeiro internacional como um 'inimigo comum'. Steiner, no entanto, reconheceu que há falhas no processo de construção da economia verde: "Existem visões muito diferentes sobre a economia verde. É uma discussão imperfeita, realizada por duzentas nações. O Pnuma trabalha com interesses diversos e até contraditórios. Temos escolhas muito complexas a fazer", disse. O diretor-geral do Pnuma também reconheceu que o balanço ambiental desde a Rio-92 é negativo: "Também estou frustrado porque o desenvolvimento sustentável não avançou nos últimos vinte anos. E, se olharmos os motivos do fracasso, veremos que têm a ver com o paradigma econômico", disse.

No evento, o dirigente da organização *Global South* e ex-embaixador da Bolívia na ONU, Pablo Solón, colocou que "atrás do conceito da economia verde está um conceito que significa: assumir que a natureza é capital. Por que querem assumir que a natureza é capital? Para criar um sociedade anticapitalista? Não somos crianças ingênuas. O conceito é claro: a forma que querem restabelecer o equilíbrio com a natureza que o capitalismo destruiu é dando um valor monetário aos serviços dos ecossistemas e a biodiversidade e quando no capitalismo se dá um valor é para introduzi-lo ao mercado. Esse é o objetivo da economia verde."

O boliviano criticou mecanismos como os créditos de carbono e o REDD (*Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation* – mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal criado para evitar a emissão de carbono): "Para quê querem quantificar a emissão evitada? Para gerar bônus que, na prática, significam uma permissão para os ricos continuarem poluindo".

Solón defendeu a taxação das operações financeiras internacionais como forma de gerar recursos para um fundo ambiental global e afirmou que a Rio+20 está cooptada pelas empresas transnacionais. "Diante dessa cooptação, não podemos permitir que o Pnuma seja transformado em uma agência especializada para conduzir o processo de privatização da natureza", disse.

Pat Mooney, do *ETC Group* questionou o processo da Rio+20: "Já ouvi várias delegações perguntando por que estão no Aterro? Por que não estão aqui conosco? Criamos um espaço para a sociedade civil mas a verdade é que se juntarmos todo o nosso dinheiro talvez só compraríamos uma mesinha no 'Riocirco'. Seria impossível ocupar o espaço que as corporações transnacionais e os grandes governos ocupam. Com seus enormes pavilhões ninguém nem notaria a nossa presença lá. A pergunta é por que não estamos lá? Por que os governos não estão com os povos?"

Para Juan Herrera, da *Vía Campesina*, as propostas das transnacionais são bem conhecidas. "É uma proposta para que seu capital possa crescer. É de alguma maneira desenvolver novas tecnologias só para que gerem mais lucro. Nós estamos numa via completamente diferente com uma racionalidade econômica que tem a ver com a economia popular, social, solidária. E quando vemos esta nova maquiagem que é a economia verde não podemos deixar de mostrar nossa oposição como já estamos resistindo a várias das propostas do capital financeiro." ■

"Nós acreditamos que o capitalismo nos levou a esta situação para a natureza e para os seres humanos. E o que significa outro modelo? É um modelo que não tem como base o lucro. A economia verde tem como o seu centro obter o máximo de lucro possível. Nós não queremos um modelo no qual a natureza é tratada como um simples objeto, como algo que podemos usar da forma que queremos, esquecendo que a natureza é o nosso lar, faz parte da nossa vida. Nós somos parte da natureza."

Pablo Solón

Dirigente da organização *Global South*

Foto: José Luiz



Evento paralelo à Rio+20 reuniu milhares de pessoas no Aterro do Flamengo

Por um novo modelo de sociedade

Foto: Desirée Ruas

“Precisamos reinventar a economia”, diz o economista e professor da Universidade de São Paulo, USP, Ricardo Abramovay, autor do livro *Muito além da economia verde* (Editora Planeta Sustentável), em uma palestra realizada em junho de 2012 em Campinas. “Por que muito além da economia verde se nós estamos muito aquém da economia verde? O nosso problema não é que não estamos fazendo nada para o mundo melhorar. O nosso problema é que aquilo que estamos fazendo, a nossa civilização contemporânea, para reinventar a vida econômica, nos deixa muito aquém do mínimo necessário para que possamos compatibilizar o tamanho do sistema econômico e os limites dos ecossistemas.”

Para ele, há três áreas fundamentais do ponto de vista social, econômico e ambiental: economia tem que ser pensada dentro da sociedade e a sociedade só pode ser pensada dentro da natureza. A separação das três é uma falha.

Em seu artigo, *O sonho da Rio+20*, (disponível em <http://ricardoa-bramovay.com/tag/onu/>), a discussão central da Rio+20 foi a substituição do PIB (Produto Interno Bruto) por outra medida que reflita o atual cenário da economia global, a qual não pode mais crescer infinitamente num planeta que caminha para ter 9 bilhões de habitantes. Ricardo Abramovay ressalta: “a constatação de que o uso dos recursos materiais, energéticos e bióticos por parte do sistema econômico já compromete a qualidade da vida social em ao menos três áreas, como mostra o estudo publicado na revista *Nature* pelo grupo liderado por Johan Rockstrom: mudanças climáticas, biodiversidade e ciclo do nitrogênio. Em outras seis áreas (acidificação dos oceanos, água, uso do solo, poluição, aerossóis e ciclo do fósforo), a ameaça é imensa. Por esta razão, e apoiado em ciência, o documento denuncia o *mito do crescimento econômico perpétuo adotado entusiasticamente por políticos e economistas para evitar decisões difíceis.*”

Ricardo critica o cultivo do mito deste crescimento econômico inconsequente e também o argumento de que “a economia verde será capaz de compatibilizar o tamanho do sistema econômico, sempre maior, com os recursos limitados dos ecossistemas.” Frisa que a produção e o consumo aumentaram tanto que, apesar dessa queda por unidade de produto, a extração global de materiais da superfície terrestre cresceu, nos últimos vinte anos, 41%. As emissões aumentaram 39%. O caso mais preocupante é o dos fertilizantes nitrogenados, cujo uso aumentou globalmente 135% nos últimos vinte anos, três vezes mais que a produção alimentar.

“Sistemas de inovação voltados para a sustentabilidade são fundamentais. Mas achar que eles permitirão suprimir os limites é exprimir uma crença mística no poder da técnica que a ciência não autoriza e a ética não recomenda”, alerta Abramovay em seu artigo. ■



Protestos contra o capitalismo

Natureza da economia

Em seu artigo “O impossível pacto entre o lobo e o cordeiro”, publicado em seu blog pessoal, o escritor Leonardo Boff escreve: “(...) Nunca se viu tamanha descolagem entre ciência e política e também entre ética e economia como atualmente. (...). Eles continuam recitando o credo: um pouco mais do mesmo, de economia e já sairemos da crise. É possível o pacto entre o cordeiro (ecologia) e o lobo (economia)? Tudo indica que é impossível pois o lobo sempre devorará o cordeiro.

Podem agregar quantos adjetivos quiserem a este tipo vigente de economia, sustentável, verde e outros, que não lhe mudarão a natureza. Imaginam que limar os dentes do lobo lhe tira a ferocidade, quando esta reside não nos dentes mas em sua natureza. A natureza desta economia é querer crescer sempre, a despeito da devastação do sistema-natureza e do sistema-vida. Não crescer é prescrever a própria morte. Ocorre que a Terra não aguenta mais esse assalto sistemático a seus bens e serviços.(...)”

Momentos da Cúpula dos Povos

Foto: José Luiz



Greenpeace apresentou tecnologias ecológicas como forno solar

Foto: José Luiz

Caminho das Artes no Aterro do Flamengo: movimentação de ideias e pessoas por um mundo melhor



Foto: José Luiz



Defesa das sementes tradicionais

Foto: Desirée Ruas



Protesto contra a energia nuclear



Divulgação de tecnologias sociais

Foto: José Luiz

Foto: José Luiz



Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável contra a incineração dos resíduos e pela expansão da coleta seletiva

Pavilhão Azul na Cúpula dos Povos apresentou diversos debates sobre a água

Foto: Desirée Ruas

Foto: Desirée Ruas

Arte e cultura: diversidade dos povos



Ações e reflexões por uma outra economia

Diversidade de pontos de vista na Cúpula dos Povos

Foto: Desirée Ruas



Presente na Cúpula dos Povos, a Marcha Mundial das Mulheres foi inspirada em uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, "Pão e Rosas"

Foto: Desirée Ruas



Na tenda Vasconcelos Sobrinho, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais pelo Desenvolvimento e Meio Ambiente (FBOMs) lançou um documento preparado em parceria com 10 organizações que mostra os avanços e retrocessos da agenda socioambiental brasileira dos últimos 20 anos

Foto: Desirée Ruas



Também no Aterro do Flamengo, várias religiões e povos reunidos pela paz

Foto: Desirée Ruas

Foto: Desirée Ruas



Manifestação pelos direitos dos indígenas que contou com os Guarani Kaiowás, dentre outros povos

Foto: Desirée Ruas



Organizações de mulheres nos debates da Cúpula dos Povos em defesa dos recursos naturais brasileiros



A tenda Gaia Home foi um ponto de encontro global de redes e movimentos comunitários na Cúpula dos Povos como o GaiaEducation, GEN (Global Ecovillage Network), C.A.S.A. (Conselho de Assentamentos Sustentáveis das Américas), e a rede brasileira do movimento Cidades em Transição. Contou com atividades diversas, entre meditação, práticas corporais, encontros das redes participantes, palestras, vivências, conselhos de visões e atividades culturais com facilitadores de várias nacionalidades. (À direita) Encontro conduzido por duas das avós que compõem o Conselho Internacional das Treze Avós Nativas, no espaço Gaia

Foto: José Luiz



Múltiplos espaços de discussão e manifestação

Fotos: Desirée Ruas



Atividades Autogestionadas

O Aterro do Flamengo recebeu dezenas de tendas onde foram realizadas as Atividades Autogestionadas de Articulação como seminários, debates, rodas de conversa, oficinas – propostas por entidades, movimentos e redes de todo o mundo sobre temas socioambientais

Agenda de mobilizações após a Cúpula

Representantes de entidades e movimentos elaboraram e apresentaram planos de campanhas e ações para as organizações nos próximos anos. Foram programadas campanhas relacionadas a cada uma das cinco plenárias realizadas ao longo da Cúpula. Sobre a Plenária 1, que tratou de direitos, foram agendadas campanhas anti-militarização; por igualdade de gênero dentro das organizações; contra a privatização das sementes, entre outras. As ações referentes à defesa dos bens comuns e contra a mercantilização (Plenária 2) envolvem a campanha pela reforma agrária; pela comunicação como bem comum e pela liberdade de expressão. Já a Plenária 3 (soberania alimentar) elaborou, entre outras, campanhas pela produção e consumo de alimentos sustentáveis, contra o uso de agrotóxicos e de transgênicos, pela produção de sementes crioulas. Em relação à energia e indústrias extrativas (Plenária 4), a Cúpula dos Povos programou campanhas contra o abuso das corporações transnacionais, e pela denúncia de empresas causadores de degradação ambiental e de violação de direitos. A quinta e última Plenária, que tratou de trabalho, economia e novos paradigmas de sociedade, construiu campanhas contra o capitalismo e formas de exploração do trabalho, pelos direitos dos trabalhadores e pela reforma do sistema político brasileiros.



Plenárias de Convergência

Ao todo, foram realizadas cinco plenárias de convergência: Direitos, por justiça social e ambiental (Plenária 1), Defesa dos bens comuns contra mercantilização (Plenária 2), Soberania alimentar (Plenária 3), Energia e indústrias extrativas (Plenária 4) e Trabalho: por uma outra economia e novos paradigmas de sociedade (Plenária 5)

Fotos: Desirée Ruas



Assembleias

As contribuições levadas até a Cúpula pelos movimentos somadas às contribuições dos resultados das Atividades Autogestionadas de Articulação foram discutidas nas plenárias e em seguida encaminhadas para as assembleias. Foram realizadas três sessões de assembleia, cada uma relacionada a um dos três eixos, com caráter de mobilização e expressão das convergências e posicionamentos construídos no processo da Cúpula dos Povos. Os três eixos foram: a denúncia das causas estruturais das crises, das falsas soluções e das novas formas de reprodução do capital; soluções e novos paradigmas dos povos; e o estímulo a organizações e movimentos sociais a articular processos de luta anticapitalista pós-Rio+20.

O documento final da Cúpula dos Povos e os resultados das plenárias estão disponíveis em <http://cupuladospovos.org.br/>

Muitas formas de participação e protesto

Foto: Severino Iabá



Manifesto das Flores

Nos dias 21 e 22 de junho, durante a Rio+20, foram realizadas diversas intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro, pelo projeto de arte pública Manifesto das Flores. A primeira foi realizada nas areias da praia, em frente ao Copacabana Palace, com a criação de uma instalação intitulada "Plantar Rio+20". As rosas desta obra e outras milhares de rosas foram distribuídas horas depois, em outros pontos da cidade como a Praça da Cinelândia, o Aterro do Flamengo e o Riocentro. Sob a orientação dos artistas do Grupo Jirau (Severino Iabá, Eliane Vellozo e Jorge Dissonância), todas as ações realizadas tiveram o envolvimento de simpatizantes do projeto, moradores e participantes da Cúpula dos Povos e da Rio+20



Mensagem de manifestante na Marcha dos Povos

Foto: Desirée Ruas

Foto: Ana Maria

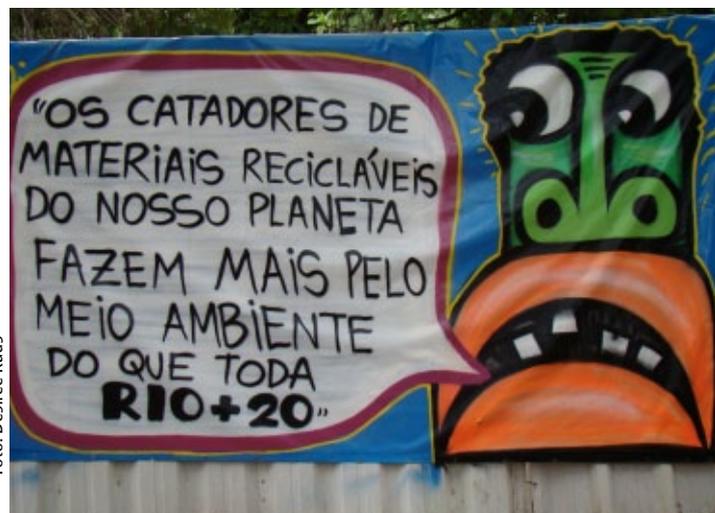


Indígena, visitante e manifestante unidos por mais justiça socioambiental na Cúpula dos Povos



Protesto solitário contra as injustiças sociais

Foto: Desirée Ruas



Arte e denúncia na Cúpula dos Povos

Um convite para lutar contra o consumismo

Foto: Desirée Ruas



Foto: Desirée Ruas



Foto: Desirée Ruas

Foto: Desirée Ruas



Milhares de pessoas nas ruas do Rio de Janeiro no dia 20 de junho

Marcha dos Povos

No dia 20 de junho de 2012, o centro do Rio de Janeiro parou para receber a Marcha dos Povos, organizada pela Cúpula dos Povos e que reuniu movimentos sociais, estudantis, sociedade civil organizada, ONGs, associações e partidos políticos do Brasil e do exterior. O imenso protesto tomou a Avenida Rio Branco e mostrou o descontentamento dos grupos e indivíduos com os rumos da Rio+20. A manifestação dos professores em greve juntou-se ao movimento da Cúpula dos Povos com a realização de um grande ato contra as desigualdades sociais e o descaso com a falta de investimentos na educação no país. O Código Florestal foi lembrado em cartazes com mensagens para a presidente Dilma Rousseff além da Marcha a Ré, onde os manifestantes caminharam de costas para denunciar o retrocesso ambiental vivido com as mudanças no Código Florestal brasileiro.

Foto: Desirée Ruas



Na Marcha a Ré da Rio+20, manifestantes andavam para trás para protestar contra os retrocessos da legislação brasileira

Foto: Desirée Ruas



Foto: José Luiz



Mesmo debaixo de chuva, milhares de pessoas participaram da Marcha dos Povos

Foto: Desirée Ruas



Eventos paralelos à Rio+20

Enquanto os chefes de estado e seus representantes se reuniam na Conferência das Nações Unidas, vários outros grupos - de jovens, de empresários, cientistas, indígenas, organizações não-governamentais - também promoveram encontros para debater o tema meio ambiente e justiça socioambiental na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2012. Confira alguns deles:

Cúpula do Povos por Justiça Social e Ambiental (Ver matéria na página 7 desta edição): Mais de 300 mil pessoas de várias partes do mundo participaram de atividades e debates questionando a papel da Conferência Oficial Rio+20 e suas propostas. (15 a 23 de junho - Aterro do Flamengo)

Atividades de Educação Ambiental em diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro: uma dessas atividades foi a exposição do volume de resíduos gerados por cada habitante desde 1992, data da Conferência Rio-92. (Jardim Histórico do Museu da República)

Diálogos sobre Sustentabilidade Global: organizado pelo governo brasileiro, foram nove eventos durante quatro dias, que reuniu sociedade civil e especialistas discutindo temas como segurança alimentar, erradicação da pobreza, crise econômica, energia sustentável para todos, água, oceanos, consumo e produção sustentáveis, inovação e cidades sustentáveis, desemprego, empregos verdes e migração. (16 a 19 de junho - Riocentro)

Congresso Mundial ICLEI 2012: Realizado em Belo Horizonte, o Congresso foi uma instância preparatória dos governos locais para a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável - Rio+20, com objetivo de debater o progresso obtido nos últimos 20 anos, desde a Rio-92, e avaliar o que precisa ser melhorado na busca contínua por cidades mais sustentáveis e ações para o futuro. (14 a 18 de junho - Belo Horizonte - MG)

Foto:Desirée Ruas



A Cúpula dos Prefeitos

O grupo formado pelas maiores cidades do mundo, o C40, trabalha pela implementação de ações sustentáveis relacionadas com o clima. A intenção deste grupo é ajudar as metrópoles a enfrentar as mudanças climáticas globais no nível local. O grupo, em evento paralelo à Rio+20, assumiu o compromisso de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 12% até 2016 e em 1,3 bilhão de toneladas até 2030. Se cumprida a promessa, no total, serão menos 248 milhões de toneladas de gases efeito estufa até 2020 e menos 1,3 bilhão de toneladas até 2030.

Além da meta de redução das emissões, a Cúpula também anunciou um acordo de financiamento e assistência técnica em projetos de tratamento de lixo com o Banco Mundial. O objetivo é reduzir as emissões de gás metano, um dos mais poluentes da atmosfera.

Muitas cidades integrantes do C40 apresentaram projetos de políticas locais sustentáveis. Entre elas está Bangcoc com o projeto de uma ferrovia que deixará de emitir 2,4 milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano e Londres, que conta com o programa para impulsionar a eficiência energética residencial e prevê redução de 2,9 milhões de toneladas de gases emitidos na cidade inglesa.

A C40 é formada pelos prefeitos das 40 maiores cidades do mundo, entre elas estão as brasileiras São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. O presidente do grupo é o prefeito de Nova York, Michael Bloomberg. No evento da Cúpula dos Prefeitos, realizado paralelamente à Rio+20, também foram convidados outros 19 municípios considerados importantes para um acordo mundial entre as grandes cidades.

Exposição no Jardim Histórico do Museu da República mostrou o volume de resíduos gerado por pessoa desde a Rio-92: 7 toneladas



Fórum de Líderes Mulheres na Rio+20

Fórum de Líderes Mulheres – Igualdade de Gênero, Empoderamento da Mulher e Desenvolvimento Sustentável: o evento reuniu mulheres chefes de Estado e de governo, como a presidente Dilma Rousseff, e outras mulheres líderes e defensoras da igualdade de gênero (19 a 21 de junho - Riocentro)

Fórum de Sustentabilidade Empresarial da Rio+20: Mais de dois mil líderes de empresas, acadêmicos e representantes da sociedade civil mostraram soluções inovadoras para os desafios do desenvolvimento sustentável e se comprometeram em ampliar a escala e a qualidade das práticas de sustentabilidade corporativa. (15 a 18 de junho - Barra da Tijuca)

II Fórum Mundial de Mídia Livre: contou com a presença de ativistas e profissionais de comunicação de todas as partes do mundo debatendo propostas sobre o tema. (16 e 17 de junho - Escola de Comunicação da UFRJ)

Youth Blast: organizada pelo *Major Group* de Crianças e Jovens da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, reuniu cerca de dois mil jovens do mundo inteiro e buscou, através de uma programação com oficinas, palestras e atividades autogestionadas, empoderar e capacitar os jovens para que assumissem posições de protagonistas não só durante a Rio+20 como em suas respectivas comunidades. (7 a 12 de junho - Centro de Convenção Sulamérica)

Encontro de Juventude e Educação para Sustentabilidade Socioambiental: o evento contou com a participação de mais de 300 jovens de todas as regiões do Brasil, que se engajaram em debates e painéis com a presença de representantes do governo e de grandes entidades e organizações ligadas diretamente à juventude. O Encontro ainda contou com atividades autogestionadas que abordaram temas transversais à juventude e sustentabilidade, tratados e discutidos pelos próprios jovens. (12 a 16 de junho - Othon Palace)

Cúpula de cientistas

“Há evidências científicas convincentes de que o atual modelo de desenvolvimento está minando a capacidade de o planeta responder às agressões do homem”: esta foi uma das conclusões do relatório elaborado pelos cientistas reunidos na Pontifícia Universidade Católica do Rio, PUC-RJ, em junho de 2012. Os cientistas, seis Prêmios Nobel, representantes de mais de 75 países, alertaram que “os níveis de produção e de consumo poderão causar mudanças irreversíveis e catastróficas para a humanidade”. Para os cientistas há conhecimento e criatividade para reverter o atual grau de degradação ambiental mas “é preciso correr contra o tempo”.

O escolhido para resumir aos chefes de estado, em apenas dois minutos, tempo definido pelo protocolo da ONU, o ponto mais importante do relatório, foi o Prêmio Nobel de Química, Yuan Tse Lee, de Taiwan.

“Nós estamos tendo dificuldade de comunicar a todos os tomadores de decisão o senso de urgência. Tempo talvez seja o recurso mais escasso na questão do desenvolvimento sustentável”, segundo o climatologista Carlos Nobre, atual secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Para Nobre, há um descompasso entre o que é percebido pelos cientistas como urgente e as respostas dadas pelo sistema político.

Rio Climate Challenge - Rio Clima: Encontro promovido pelas subcomissões especiais da Rio+20 no Congresso e no Senado, além de algumas ONGs para debater as mudanças climáticas, com representantes de 19 nações. (13 a 17 de junho)

6º Congresso Internacional da Juventude: Mais de duas mil jovens lideranças nacionais e internacionais de 100 países debateram como tornar o mundo mais sustentável sob o ponto de vista de quem tem menos de 30 anos. O evento contou também com jovens de 21 estados brasileiros nas palestras e mesas-redondas que reuniram ideias e propostas pautadas em temas sociais e ambientais. (4 a 12 de junho - Sítio das Pedras - RJ)

Encontro Global dos Municípios na Rio+20 (Global Town Hall): prefeitos e funcionários de governos locais de todo o mundo apresentaram iniciativas desenvolvidas em suas cidades para a promoção da sustentabilidade. (13 a 22 de junho - Parque dos Atletas)

Projeto Humanidade 2012: Reuniu 105 painéis temáticos e teve mais de 210 mil visitas. Na Capela Espaço da Humanidade, centro do projeto, foi montada uma biblioteca com mais de 10 mil títulos selecionados por 120 personalidades brasileiras; no *Brasil Contemporâneo* - o país foi apresentado do ponto de vista de suas qualidades e possibilidades. Na área de convivência e celebração foram dispostas bandeiras de todos os países. (Forte de Copacabana - RJ)

Foto: ONU/Unic Rio - Diego Blanco



Exposição "O Futuro que queremos"

Exposição "O Futuro que queremos": teve a proposta de criar uma interlocução da ONU com a sociedade civil. (Museu de Arte Moderna - MAM - 12 a 23 de junho)



Foto: José Luiz

Atividade na Arena Socioambiental, no Aterro do Flamengo

Arena Socioambiental: espaço de diálogo do governo brasileiro com a sociedade civil na Rio+20 promoveu debates com ministros, ativistas, representantes de ONGs, sobre erradicação da pobreza, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, dentre outros temas, com transmissão ao vivo e interativa pela internet. (Museu de Arte Moderna - Aterro do Flamengo - 16 e 22 de junho)

Fórum de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável: Com o objetivo de compor um parecer sobre como a ciência pode contribuir para um futuro mais sustentável, 990 pesquisadores de 75 países, incluindo especialistas da Unesco e de academias de ciência internacionais se reuniram paralelamente à Rio+20. Mudanças climáticas, consumo, bem estar, distribuição da água, urbanização foram alguns dos temas discutidos pelos cientistas. O documento foi uma versão revisada de um documento publicado em março de 2012, durante o fórum *Planet Under Pressure*, uma conferência que reuniu a comunidade científica em Londres. Na Inglaterra, o documento final

sugeriu que os cientistas tivessem um papel mais ativo junto aos políticos. A ideia seria facilitar a relação entre políticos e a academia nas discussões que envolvem o desenvolvimento sustentável. (11 a 15 de junho - PUC-RJ)

Pier Mauá: Neste local aconteceram palestras, exposições interativas e jogos com temas da conferência. Entre os destaques do Pier Mauá estavam um navio ecológico do *Greenpeace*, o *Rainbow Warrior*, e um barco movido a energia solar desenvolvido pelos pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina. O Armazém 4, conhecido também como o Armazém da Popularidade, uniu ciência e sustentabilidade. Temas da Conferência como a produção de energia limpa, meio ambiente, a diminuição da pobreza e direitos civis eram vistos em jogos e exposições interativas. (13 a 22 de junho - Pier Mauá) ■

Rede Carta da Terra na Cúpula dos Povos

No lançamento da Rede Brasileira da Carta da Terra, realizada dia 15 de junho na Cúpula dos Povos, Mirian Vilela, da Carta da Terra Internacional, lembrou que “a Carta da Terra tem que articular uma visão sistêmica da sustentabilidade. De um lado da moeda é essa parte teórica que indica valores, princípios. De outro lado, é movimento que faz isso acontecer na prática. Somente filosofia sem prática fica meia morta, sem razão”. Mas, “a prática sem um norte, sem um mapa, sem uma base fundamental” também não funciona, completou. Outro palestrante no lançamento foi o teólogo e escritor Leonardo Boff. Na sua apresentação, destacou que a Carta da Terra é um dos mais belos documentos do Século 21. A Carta da Terra é um documento que traz princípios voltados para a sustentabilidade ambiental, a democracia, a paz e a justiça social e que começou a ser discutido na Rio-92. O objetivo da Rede é chamar a atenção para a importância da Carta da Terra e organizar a sociedade civil para demandar que os princípios que integram o documento passem a fazer parte das políticas públicas e sejam incorporados à legislação brasileira. Conheça a iniciativa da Carta da Terra no Brasil e leia o texto completo em: <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/index.html>

Seminário Juventude e Carta da Terra



Foto: Desirée Ruas

Encontro reuniu jovens para discutir ética e transformação planetária

Pessoas de todas as idades lotaram a arena da Cúpula dos Povos no Seminário Juventude e a Carta da Terra, no dia 18 de junho. A mensagem predominante era a de que a Carta da Terra - que começou a ser pensada em 1992, mas que teve a sua primeira versão divulgada em 2000, se configurando como um código de ética para a humanidade - pode ajudar na transformação ética necessária para enfrentar a crise atual.

Dentre os convidados do seminário estavam Moacir Gadotti, pedagogo que participou da criação do documento; Severn Suzuki, a menina que emocionou o mundo com seu discurso na Rio-92; Norah Mahmoud, coordenadora internacional da Carta da Terra;

Leticia Sabatella, atriz e militante ambiental; o professor e senador Cristovam Buarque; e Marina Silva, liderança socioambiental e ex-ministra de Meio Ambiente do Brasil.

Gadotti lembrou a história da Carta da Terra. “Em minhas conversas com Paulo Freire ele mencionou diversas vezes que sua pedagogia do oprimido carecia de um complemento que falasse da Terra, pois o planeta estava em situação de opressão. A Carta da Terra traz diretrizes éticas e supera a visão antropocêntrica do desenvolvimento sustentável”, explicou o pedagogo. Ressaltou ainda que “nos últimos vinte anos, avançamos na ampliação da consciência global sobre a crise. Agora temos que avançar para a meta comum: um mundo mais feliz, justo e sustentável”.

Severn Suzuki, que fez um pronunciamento para os líderes mundiais na Conferência de 1992, com apenas doze anos de idade, enfatizou que há vinte anos ela estava na Rio-92 pelo seu futuro e que agora ela está na Rio+20 pelo futuro dos seus filhos. Segundo a ativista canadense, de 32 anos, hoje ela entende porque todo mundo parou para ouvir uma garota de doze anos. “Ao me ouvir, em 1992, eles se lembraram de seus próprios filhos”. Para ela, aqueles foram os seis minutos mais marcantes e que definiram sua vida, já que vem defendendo o tema nos últimos vinte anos. Falou de sua visão sobre o mundo corporativo. “Hoje vemos um enorme crescimento do mundo corporativo em relação a 1992. Se o setor corporativo não tem os interesses da vida como vamos mudar este paradigma? Fala-se muito ►

► em economia verde, mas eu pergunto: como vamos reestruturar a economia sem antes discutir valores? Os políticos de alto nível não vão mudar o mundo para nós. Se nós queremos mudança, teremos que ser responsáveis por ela". Severn emocionou quem estava na plateia que presenciou mais um momento histórico da Cúpula dos Povos. "O mundo está desesperado pela voz de pessoas jovens. Usem suas vozes para passar esta mensagem", convocou Severn destacando a importância do diálogo intergeracional. "Vinte anos depois eu volto pelo mesmo argumento. E é porque as pessoas amam seus filhos que nós vamos trazer de volta a conexão entre causa e efeito, entre privilégio e responsabilidade e vamos usar a Carta da Terra para isso", conclamou Severn Suzuki.

A atriz e militante Leticia Sabatela disse que para termos um planeta sustentável é preciso que o ser humano busque a unidade com a natureza e não usá-la como mero recurso econômico. Marina Silva enfatizou que vivemos uma crise civilizatória e que a crise de valores está na base de todas as outras crises atuais. "Precisamos do esforço de todos: governo, juventude, empresas, cientistas, índios, ribeirinhos, artistas, espiritualistas. Só assim que a gente pode enfrentar a crise. E como nós vamos enfrentar a crise? Com a mudança do modelo, saindo da forma insustentável para a forma sustentável. E não a sustentabilidade como uma forma de fazer mas como uma maneira de ser. O ser sustentável do século XXI tem que mudar sua forma de produzir, sua forma de consumir, sua forma de se relacionar uns com os outros, sua forma de se relacionar com a natureza."

O encontro foi encerrado com um canto tradicional indígena, em coro, em que todos reconheceram o planeta como "Mãe". O Seminário foi um marco para a inserção da juventude na Rede Brasileira da Carta da Terra, que pretende ser a base de muitos encontros, debates e mobilizações no pós-Cúpula dos Povos.



Severn Suzuki: vinte anos depois da Rio-92

Educação Ambiental em rede planetária

Durante a Cúpula dos Povos também aconteceu a II Jornada Internacional de Educação Ambiental com a discussão dos princípios norteadores da criação da Rede Planetária de Educação Ambiental. O objetivo principal foi fazer valer o Tratado Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global de 1992, resultado da I Jornada Internacional de Educação Ambiental, realizada no Rio de Janeiro, durante o Fórum Global da Eco-92.

Metas para o Desenvolvimento Sustentável

1. Revisar periodicamente currículos para incorporar a interdisciplinaridade na rede de ensino formal.
2. Incorporar a perspectiva local nas atividades de ensino formal e não formal.
3. Capacitar os professores de todos os níveis de ensino e demais educadores em conhecimentos técnicos sobre funcionamento dos ecossistemas.
4. Desenvolver metodologias específicas para as comunidades tradicionais, com especial atenção para a valorização e a proteção do conhecimento tradicional.
5. Incorporar o uso de dados científicos nas atividades de ensino, que evidenciem as mudanças do clima, a crise da biodiversidade e outros impactos ambientais.
6. Promover a educação para a cidadania voltada à proteção ao meio ambiente, por meio do acesso a informações sobre normas, tecnologias, funcionamento dos ecossistemas e noções de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.
7. Reforçar o conceito de consumo consciente, alertando sobre a finitude dos recursos naturais.
8. Diminuir a produção de resíduos sólidos, principalmente os resíduos eletro-eletrônicos.
9. Fomentar a cultura da paz e combater a intolerância
10. Acompanhar a iniciativa dos legisladores e gestores na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

Definidas pela Comissão de Educação e Cultura, na Subcomissão Rio+20

Para saber mais, acesse o site www.tratadoeducacaoambiental.net ■

Comitê Mineiro na Cúpula dos Povos

Foto: Desirée Ruas

Diversos estados marcaram presença em atividades da Rio+20 e da Cúpula dos Povos por meio dos comitês estaduais. Os comitês reuniram pessoas, entidades e movimentos, por vários meses, definindo e articulando a sua participação nos dois eventos.

O Comitê Mineiro da Cúpula dos Povos, CMCP, por exemplo, começou a se reunir semanalmente desde março de 2012 buscando formas de mobilizar a sociedade para a participação na Cúpula. Ao todo, 130 entidades fizeram parte do Comitê Mineiro. Foram formados grupos de trabalho para organizar a discussão dos temas dentro do Comitê Mineiro: economia ecológica (produção e consumo conscientes e justiça socioambiental), comunicação (metodologia, mobilização e Carta da Terra), ciência e tecnologia (saúde integral e permacultura) e água.

Atividades

Uma das principais atividades promovidas pelo Comitê Mineiro foi a comemoração do Dia da Terra, realizado no Parque das Mangabeiras, em Belo Horizonte, no dia 22 de abril. Com apresentações artísticas, atividades lúdicas para as crianças, trilhas ecológicas, os integrantes do Comitê Mineiro convidaram os visitantes do parque a refletir sobre questões ambientais. O Centro de Ecologia Integral participou do evento realizando uma trilha pela mata do Parque.

No dia 9 de junho de 2012, aconteceu o Diálogo Global em Belo Horizonte, na Praça Santa Tereza, promovido pelo HUB BH com o apoio do Comitê Mineiro. Os resultados dos Diálogos Globais foram levados pelo Comitê Mineiro ao evento "As 1.000 mesas da Rio+20", realizado no dia 20 de junho, na Aldeia Nova Terra, no Rio de Janeiro, como uma representação da participação da sociedade mineira na conferência ambiental. Diálogos Globais é uma metodologia que pode ser utilizada em escolas, comunidades, empresas, no qual pequenos grupos debatem sobre o que desejam do futuro e as ações locais necessárias para este ideal de mundo.

O Comitê Mineiro Cúpula dos Povos ofereceu diversas atividades na

Foto: José Luiz



Centro de Ecologia Integral promoveu uma trilha em meio à mata do Parque das Mangabeiras, em Belo Horizonte, no Dia da Terra (acima e ao lado)



Evento Diálogos Globais na Praça Santa Tereza, em Belo Horizonte

Foto: José Luiz



Oficina Consciência e Consumo oferecida pelo Centro de Ecologia Integral no Aterro do Flamengo

Foto: José Luiz



▶ programação oficial da Cúpula, como o “Seminário colaborativo por um sistema socioeconômico de transição”, organizado conjuntamente pelos grupos de trabalho Economia ecológica e Ciência e tecnologia. Outras atividades do Comitê Mineiro foram: Mostra de vídeos socioambientais de Minas Gerais - Pelas serras, águas e povo de Minas, que apresentou a realidade das minerações em Minas Gerais, com prejuízos aos moradores das terras, licenças dadas sem cumprimento de condicionantes e a falta de respeito às tradições e aos direitos das comunidades locais, além da destruição do patrimônio natural, arqueológico e arquitetônico; o Jogo da Carta da Terra; participação no painel sobre a política das águas no Brasil; Movimento pelos Rios e pela Paz e participação na feira de economia solidária. O Grupo de Trabalho Água, do Comitê Mineiro Cúpula dos Povos, juntamente com a FNA - Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas, discutiu a Implementação do Estatuto da Cidade e a efetivação dos instrumentos da reforma urbana. Ermínia Maricato, arquiteta urbanista, mostrou a evolução da reforma urbana do Brasil e mostrou o quanto ainda falta avançarmos para garantir os direitos dos cidadãos a uma cidade justa e igualitária.

Foto: Desirée Ruas



“Seminário colaborativo por um sistema socioeconômico de transição”, realizado pelo Comitê Mineiro na programação oficial da Cúpula

O Centro de Ecologia Integral participou do CMCP e ofereceu a oficina “Consciência e consumo”, convidando os participantes da Cúpula dos Povos a refletir sobre o modelo atual de produção e consumo e seus impactos pessoais, sociais e ambientais, atuando como consumidores e cidadãos ativos no processo. (Ver matéria da página 24)

Foto: Arquivo CMCP

Obstáculos

Conforme reunião de avaliação do Comitê Mineiro Cúpula dos Povos, CMCP, estadia e alimentação foram alguns dos pontos mais problemáticos do evento para os membros dos comitês estaduais na Cúpula dos Povos. Apesar das reclamações, os participantes voltaram para casa satisfeitos com a oportunidade. ■



Foto: Arquivo CMCP

Ao lado, atividades do CMCP durante a Cúpula dos Povos: Mostra de Vídeos Socioambientais - Pelas serras, águas e povo de Minas; Debate com a Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas e participantes do debate promovido pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas



Foto: Arquivo CMCP

Foto: Desirée Ruas



Participação do Comitê Mineiro na reunião dos comitês estaduais durante a Cúpula



Por um novo modelo de produção e consumo

Fotos: José Luiz

O tema consumo também teve espaço nas discussões da Cúpula dos Povos. A oficina Consciência e Consumo, realizada pelo grupo de mesmo nome do Centro de Ecologia Integral aconteceu no dia 19 de junho e levou aos participantes da Cúpula dos Povos uma reflexão e propostas de atuação sobre as escolhas e as responsabilidades em nossos atos cotidianos. A atividade fez parte do



eixo "Soluções reais e novos paradigmas" e da plenária 5 "Trabalho: por uma outra economia e novos paradigmas de sociedade".

Oficina Consciência e Consumo, do Centro de Ecologia Integral, realizada na programação oficial da Cúpula dos Povos

Com participantes do Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, a oficina promoveu um bate-papo sobre os atuais padrões de consumo, as pressões psicológicas sofridas pelo ser humano e toda a exploração do ambiente desde a extração da matéria-prima até o descarte final dos produtos. Para José Luiz Ribeiro de Carvalho, diretor do Centro de Ecologia Integral, precisamos discernir e perceber claramente como estamos atuando enquanto consumidores no atual sistema de produção e consumo, buscando entender e compreender a repercussão do ato de consumir. "Acreditamos que há muitas questões envolvidas no ato de consumir que precisam ser discutidas: questões psicológicas, sociológicas, culturais, econômicas, e que somente a consciência nas várias dimensões de nossa vida pode diminuir os impactos pessoais, sociais e ambientais do consumismo que marca nossa sociedade atual. Sob a ótica da ecologia integral, podemos ter consciência de que não devemos distanciar o que nunca deveria ter sido separado: o ser humano, a sociedade e a natureza", explica.

Infelizmente, no documento final da Cúpula dos Povos, não constaram as propostas de combate ao consumismo e aos efeitos danosos da publicidade e propaganda para a sociedade e o planeta, apresentadas em oficinas e plenárias.

Consciência e consumo

O grupo Consciência e Consumo do Centro de Ecologia Integral tem promovido palestras, rodas de diálogos e encontros com o objetivo de levar reflexões e identificar ideias de atuação no sentido de construir uma sociedade mais justa e mais sustentável em todos os aspectos. "A verdadeira transformação já está acontecendo a partir de nossa atuação no dia a dia. Uma sociedade mais consciente e menos consumista é fundamental para as mudanças no atual sistema", enfatiza José Luiz. (Mais informações sobre o grupo Consciência e Consumo no site www.ecologiaintegral.org.br)

Infância, valores e sustentabilidade

O Instituto Alana, de São Paulo, participou de eventos da Rio+20 e da Cúpula dos Povos levando a discussão da defesa da infância e o questionamento da publicidade infantil. No dia 21 de junho, o teólogo e escritor Frei Betto participou de um debate sobre "Infância, Valores e Sustentabilidade", organizado pelo Alana, como parte da programação da Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro. Para ele, a publicidade utiliza a erotização precoce para seduzir as crianças a consumir produtos desde cedo. O escritor é a favor do projeto de lei que proíbe completamente a propaganda de produtos e serviços voltados às crianças, que tramita na Câmara há mais de dez anos e, atualmente, está parado na Comissão de Constituição e Justiça. "Eles querem formar consumistas, nós queremos formar cidadãos", enfatiza.

A discussão dos efeitos negativos do consumismo na vida das crianças e adolescentes deve acontecer em casa e na escola. "A experiência humana é construída com valores que, na minha opinião, são o problema mais profundo do sistema atual em que vivemos. Temo que o paradigma principal desse momento é o do mercado, em que os únicos princípios que importam são os que promovem a acumulação de riqueza", lamenta. (Site: www.alana.org.br) ■

Os desafios da economia solidária

“A economia solidária não deve ser um apêndice. Ela deve ser a possibilidade de um outro futuro”, afirmou o sociólogo português Boaventura Sousa Santos que participou de diversas discussões durante o período da Cúpula dos Povos. Na atividade “Desenvolvimento solidário e sustentável nos territórios: estratégias de outra economia”, realizado no dia 19 de junho, ele esteve falando juntamente com Paul Singer, secretário nacional de Economia Solidária. Singer destacou a importância de eventos como a Cúpula dos Povos, para as lutas pela economia solidária. “É ilusão pensar que a Rio+20 vai mudar os modelos capitalistas e exploradores dos governantes por um mundo melhor. Mas atividades como essa, proporcionam o encontro e diálogo dos muitos militantes, vindos de muitas partes do mundo, que são capazes de fazer com que essa mudança aconteça”.

Boaventura colocou que “não há razão para que a economia solidária não possa ter a mesma escala do capitalismo. É uma razão técnica, não é uma razão política. Nada nos impede de dizer porque a solidariedade há de ser menos que o egoísmo, apenas porque o capitalismo protege um e desprotege o outro”. O sociólogo português questionou quais seriam os reais motivos para a economia solidária ter tantos problemas de implantação. Para ele, ela não tem os subsídios do agronegócio, não tem os subsídios dos bancos. “A economia solidária trabalha com a escala humana, trabalha com a educação para uma outra relação com o meio ambiente e com a sociedade. A economia solidária é o grande caminho contra a economia verde. A economia verde é uma cavalo de tróia, uma ideia errônea de que os problemas do capitalismo se resolvem com mais capitalismo. A economia verde quer transformar a natureza em um mercado”, completou.

Para Boaventura, antigamente não era necessário debater sobre economia solidária, porque as relações de produção eram de tal forma que garantiam o respeito com o outro e com a natureza. Agora, precisamos avançar nessa discussão para combater a economia anti-solidária, construída pelo capitalismo. Para ele, a dificuldade que o movimento de economia solidária possui em se relacionar com outros movimentos e organizações precisa ser superado e a articulação é fundamental, assumindo campanhas de maior abrangência e enfrentamento político, como por exemplo, a contra os agrotóxicos, é muito importante”, concluiu.

Representantes do Cáritas também estiveram presentes falando do trabalho realizado pela entidade para a organização e o empoderamento das redes e para a construção de um novo polo de desenvolvimento, baseado nos princípios da solidariedade e da democracia econômica, em prol da economia solidária e do comércio justo. O Cáritas busca fomentar a capacitação sobre os conceitos solidários e inclusivos, tais como o consumo ético, o comércio justo, a responsabilidade social de empresas, a cidadania ativa, a mudança social e política.

Mais informações no site www.caritas.org.br ■



A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras

Fotos: Desirée Ruas



A economia solidária vem se apresentando como alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social

Indígenas unidos em defesa de seus direitos

Fotos: Desirée Ruas

Mais de mil e oitocentas lideranças indígenas de vários estados do Brasil estiveram reunidas na Cúpula dos Povos entre os dias 15 e 22 de junho de 2012, no IX Acampamento Terra Livre, ATL. Tribos do Mato Grosso, Minas Gerais, Amazonas, Tocantins, Bahia, dentre outras, trocaram experiências e relataram os problemas que vêm enfrentando em suas regiões no principal espaço de diálogo e reflexão do movimento indígena brasileiro. O Acampamento Terra Livre acontece anualmente sob a coordenação dos dirigentes das organizações indígenas regionais que compõem a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, APIB.



O Acampamento Terra Livre reuniu tribos de diversas regiões do Brasil para discutir a defesa dos direitos indígenas durante a Cúpula dos Povos

O ATL defendeu que a salvação do planeta está na sabedoria ancestral dos povos indígenas e discutiu principalmente sobre a demarcação de suas terras e os empreendimentos que impactam estas áreas e os seus recursos naturais. A grande reivindicação da ATL é o direito de consulta aos povos indígenas estabelecido pela Convenção 169 da OIT - Organização Internacional do Trabalho. Violência contra os povos indígenas e a indefinição quanto aos seus territórios foram questões predominantes no IX Acampamento Terra Livre já que, no Brasil, mais de 60% das terras indígenas não foram demarcadas e homologadas.

O medo de que a conquista de seus territórios torne-se ainda mais distante tem um nome: Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 215, de 28 de março de 2000 e em tramitação na Câmara dos Deputados.

Demarcação de terras indígenas

Em tramitação há 12 anos, a PEC 215 transfere da União para o Congresso Nacional a responsabilidade de aprovar e ratificar a demarcação de terras indígenas. Eles temem que os avanços no processo de reconhecimento dos direitos indígenas conseguidos nas últimas décadas sofram um retrocesso. A medida é considerada por muitos especialistas como inconstitucional já que a Constituição Federal reconhece os direitos indígenas a seus territórios. A PEC 215 contraria também o Decreto 1.775, de 08 de janeiro de 1996, em que são estabelecidos os procedimentos usados na demarcação de uma terra indígena. Uma das recomendações é que os estudos sejam feitos por um grupo técnico especializado, composto preferencialmente por servidores do quadro funcional, coordenado por antropólogo e analisados pela Funai. Transferir essa prerrogativa do Executivo e da área técnica da Funai pode colocar em risco o patrimônio indígena já que o Legislativo pode usar, como base, o Código Mineral que não reconhece terras indígenas, e depois abrir espaço para o agronegócio explorar essas terras. Não é atribuição do Congresso Nacional executar atos que são do governo federal, por atribuição da Constituição de 1988. A democracia bra- ►



Debates reuniram diversos povos indígenas

► sileira é baseada nos princípios de pesos e contrapesos para impedir abusos de poder. Neste caso, atualmente, é forte no legislativo a bancada ruralista. A população indígena promete recorrer aos órgãos internacionais como a Organização Internacional do Trabalho, OIT, por intermédio da Convenção 169, que estabelece os direitos territoriais, da qual o Brasil é signatário e o Fórum Permanente da ONU que também defende as demarcações indígenas.

Governos de alguns estados, grandes produtores representantes do agronegócio, empresários e a bancada ruralista do Congresso Nacional são alguns dos mais interessados na aprovação da PEC 215. Os trabalhos da Funai para demarcação de terras vêm sendo dificultados em várias regiões.

Belo Monte

Um dos temas recorrentes nos debates e protestos dos povos indígenas e de organizações da sociedade civil é a construção da usina de Belo Monte, na região do Alto Xingu, no estado do Pará. Lideranças indígenas e ambientalistas afirmam que o projeto é ilegal e traz impactos diretos para a sobrevivência dos povos da floresta. Em uma das manifestações, representantes de várias etnias e entidades se reuniram para se manifestar contra o uso de dinheiro público, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, para o financiamento de empresas responsáveis por grandes projetos de infraestrutura que impactam negativamente as terras indígenas. (Ver texto da página 28 sobre Belo Monte)

O que é ser índio hoje?

Pela Cúpula dos Povos, vimos a coexistência de novos e velhos índios, tanto pela idade quanto pelo vestuário e costumes. Roupas, sapatos e aparelhos eletrônicos estavam ao lado de arco e flecha e pinturas no corpo. E por que não?

Em seu artigo "Questionando valores – Em pauta na Rio+20, a discussão sobre direitos indígenas à terra abre portas para que se pense sobre a cristalização de determinados conceitos na sociedade. O que é ser índio hoje?", a pesquisadora Agnes Alencar traz à tona o preconceito e as ideias preconcebidas de nossa sociedade. "Como se estivessem congelados no passado, exige-se desses grupos que se comportem como índios, vistam-se como índios, falem como índios. Mas de que índios estamos falando? Em geral, a sociedade espera que os grupos indígenas sejam representantes de uma imagem cristalizada no passado. Com frequência, lemos comentários que acusam alguns grupos de usarem *iphones*, shorts, tênis ou mesmo chegarem à universidade. A imagem paralisada de um índio nu, com arco e flecha ou lança em punho, em meio a uma mata exuberante reina no senso comum. Dentro desta lógica, um índio que usa camisa de um time futebolístico deixa de ser um índio legítimo. Entretanto, esse índio no singular como um estereótipo ideal não existe, é uma falácia."

A questão dos direitos dos indígenas não pode ser atrelada à mudança dos costumes dos povos, explica Agnes Alencar. "Seguindo este parâmetro, acionamos diferentes identidades e não as descartamos simplesmente, elas seguem dentro de um mesmo indivíduo. Como as culturas são móveis todo e qualquer essencialismo é perigoso. A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha sublinha que não existe nenhuma possibilidade de um povo exibir os traços inalterados de seus antepassados. Não se espera que nenhum morador do Rio de Janeiro hoje vista-se e comporte-se do mesmo modo que comportavam-se no início do século passado, deste modo é ilógico exigir que os grupos indígenas mantenham algum tipo de pureza essencial – coisa que hoje sabemos ser inexistente."

O texto da pesquisadora Agnes Alencar está disponível em <http://www.revista-dehistoria.com.br/secao/artigos/questionando-valores> ■

Fotos: Desirée Ruas



Indígena na Cúpula dos Povos



Índios comercializam artesanato durante a Cúpula

Manifestações contra Belo Monte e o Código Florestal



Fotos: Desiree Rius

Protesto na praia do Flamengo reuniu mais de mil e quinhentas pessoas (veja foto na última capa)



Debate sobre a construção de Belo Monte e seus impactos com a participação de comunidades atingidas



Manifestantes criticam as mudanças no Código Florestal durante a Marcha dos Povos

A construção da hidrelétrica de Belo Monte e as alterações no Código Florestal foram lembrados em vários momentos da Cúpula dos Povos.

A organização não-governamental Movimento Xingu Vivo para Sempre promoveu um debate sobre Belo Monte na Cúpula dos Povos no dia 21 de junho, com objetivo de alertar a sociedade sobre os problemas socioambientais e econômicos envolvendo a construção da usina. A coordenadora do Movimento, Antônia Melo, disse que a construção das usinas representa uma tragédia em todos os sentidos possíveis, em relação à violação dos direitos humanos, culturais e ambientais. Ela defende que os motivos apresentados pelo governo brasileiro para a construção da hidrelétrica não são verdadeiros. "O judiciário faz uso de um argumento utilizado durante a ditadura militar chamado de Suspensão de Segurança, que é quando o governo entende que o país está entrando em um caos energético, gerando um grande apagão. Portanto, é necessária a construção dessas hidrelétricas a qualquer custo. Isso é uma mentira, pois o Brasil não vai entrar em desordem por causa de energia", disse.

Líderes das comunidades atingidas pelas obras de Belo Monte também participaram do debate alertando sobre a dramática situação da cidade de Altamira, a mais afetada pelas obras. A índia da etnia Caiapó, Mayalú Txucarramãe, também presente no debate, destacou a questão das terras indígenas prejudicadas pelas construções de hidrelétricas.

No dia 19 de junho, um protesto contra Belo Monte reuniu mil e quinhentas pessoas na praia do Flamengo. A ação foi idealizada pela organização não-governamental *Amazon Watch* com o objetivo de chamar a atenção sobre os riscos sociais e ambientais provocados pela construção de grandes barragens nos rios da Amazônia.

O Código Florestal foi lembrado em faixas, cartazes e palavras de ordem durante a Marcha dos Povos. Em ato realizado no dia 16, no Aterro do Flamengo, ambientalistas, políticos, artistas e personalidades do Brasil e do exterior destacaram a importância de manter a sociedade vigilante sobre a comissão mista que analisa a Medida Provisória do Código Florestal. Na manifestação, os movimentos populares alertaram que as mudanças no Código serão seguidos por outras medidas de interesse da bancada ruralista que afrontam a legislação ambiental brasileira. Na avaliação de André Lima, da SOS Mata Atlântica, a pauta já anunciada pelos ruralistas incluiu a flexibilização da Lei de Crimes e Infrações contra o Meio Ambiente e a criação de entraves legais para decretação de assentamentos da reforma agrária, reservas de conservação ambiental e terras indígenas e quilombolas. ■

Mudanças climáticas no centro da questão

Em 1992, o Rio de Janeiro foi palco da assinatura da Convenção do Clima. Vinte anos depois, a cidade voltou a ser centro de discussão sobre mudanças climáticas com o *Rio Climate Challenge*, apelidado de Rio Clima. O encontro promovido pelas subcomissões especiais da Rio+20 no Congresso e no Senado, além de algumas ONGs, reuniu 14 países e resultou em um documento com recomendações que servirão de base para a COP18 – 18ª Conferência do Clima, que acontecerá em dezembro, no Qatar.

As principais propostas resultantes do encontro foram: a transformação do conceito de Produto Interno Bruto, PIB, que hoje usa apenas a soma de bens e de serviços produzidos no país para medir a riqueza de uma nação, para que passe a englobar também variáveis ligadas ao desenvolvimento sustentável; atribuição de um valor econômico aos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas do planeta; realização de pesados investimentos por parte de governos e instituições multilaterais em energias limpas, na recuperação ambiental e na geração de empregos como saída para a atual crise econômica mundial; mudanças nos sistemas tributários e de subsídios, de forma a penalizar o uso de combustíveis fósseis; reforma do sistema financeiro internacional para criar mecanismos capazes de atrair capital financeiro a economias produtivas de baixo carbono, isto é, que emitam poucos gases de efeito estufa. Três propostas referem-se à governança dessas mudanças: a criação de uma medida unificada para dar transparência às metas de redução da emissão de gases de efeito estufa de cada país, incluindo a instituição de um 'termômetro-símbolo' (que meça os gases), colocado bem visível nas ruas de cidades do mundo; o desenvolvimento de mecanismos internacionais para o clima, com regras e responsabilização internacional; e a ampliação da discussão sobre o clima para outros foros das Nações Unidas, como o Conselho de Segurança. A proposta do Rio Clima é adaptar as recomendações para aplicação local e o estado de Pernambuco foi escolhido como um campo avançado de aplicação de soluções inovadoras, sendo que, em 2013, serão realizados novos encontros em Recife e em Fernando de Noronha.

Construção de um novo contrato social

Também no Rio de Janeiro, Rajendra Pachauri, presidente do IPCC – Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU e vencedor do Nobel da Paz em 2007, participou do encontro "Um Novo Contrato Social para o Século XXI", promovido pelo Instituto Ethos e pelo Unitar – Instituto para Treinamento e Pesquisa da ONU – um dia após o término da Rio+20. Ele colocou que "agora é o momento de ver como um novo contrato social pode ser construído. Nas negociações multilaterais, perdemos de vista os objetivos iniciais. Mesmo nas COPs – Convenções das Partes, dedicamos pouco tempo para discutir as razões para tomarmos providências em relação às mudanças climáticas. Mas chegou a hora de o conhecimento ser o grande impulsionador de qualquer ação global", salientou.

Foto: José Luiz



Para Pachauri, o maior desafio pós-Rio+20 é encontrar os meios para preencher as lacunas entre o conhecimento e sua aplicação. Criticou a falta de ênfase para as questões de risco nas políticas. "Os impactos das mudanças climáticas irão tornar quase impossível às populações mais pobres saírem das condições em que se encontram. Precisamos dar atenção às decisões de risco. Adaptação, mitigação e desenvolvimento sustentável estão interligados", destacou. ■

Mudanças climáticas: efeitos globais

Os perigos da geoengenharia no controle do clima

Foto: José Luiz

A geoengenharia, a manipulação intencional em larga escala dos sistemas climáticos da Terra, terá efeitos ambientais, sociais e econômicos devastadores, alertaram cientistas e pesquisadores presentes na Cúpula dos Povos. Entretanto, grupos de cientistas, universidades e empresários estão se unindo, patentando ideias e pressionando governos e as Nações Unidas para apoiar novas tecnologias de combate às mudanças climáticas. A geoengenharia consiste em esforços artificiais para mitigar o aquecimento global por meio da manipulação dos padrões climáticos, dos oceanos, das correntes, dos solos e da atmosfera. Há propostas que vão desde o lançamento de uma frota de navios não tripulados para pulverizar água do mar na atmosfera para engrossar as nuvens e assim refletir mais radiação da Terra, passando pela fertilização dos oceanos, até a ideia de disparar trilhões de minúsculos espelhos no espaço para formar um “guarda-sol” para a Terra.



Debate sobre a geoengenharia na Cúpula dos Povos

No debate promovido pelo observatório canadense *Environmental Technology Centre*, ETC, na Campanha Não Manipulem a Mãe Terra, durante a Cúpula dos Povos, o especialista no estudo das consequências das novas tecnologias, Pat Mooney; a pesquisadora do ETC no México Sílvia Ribeiro e a engenheira agrônoma Maria José Guazzelli demonstraram sua preocupação com a geoengenharia. Mooney, que há 40 anos integra entidades da sociedade civil ligadas ao monitoramento do comércio mundial de alimentos, produtos agrícolas e minérios, explicou que a geoengenharia é uma estratégia que engloba várias tecnologias – inclusive biologia sintética e a nanotecnologia – para intervir em larga escala nos oceanos e na atmosfera, e está sendo proposta para lidar com a mudança climática. “Os cientistas que estão trabalhando em projetos desse tipo alegam que é impossível reverter as mudanças climáticas a menos que consideremos utilizar a geoengenharia”, denuncia Mooney.

Estratégias

Seriam duas as formas propostas pela geoengenharia: uma é diminuir a quantidade de luz solar que chega à Terra, por meio de uma estratégia chamada de gestão da radiação solar. A ideia é bloquear a luz do sol bombardeando a estratosfera com sulfatos, para simular o que acontece quando um vulcão entra em erupção. A segunda estratégia de geoengenharia é a fertilização oceânica: a proposta é escolher uma parte do oceano que seja pobre em nutrientes, como ferro e ureia, e despejar nanopartículas desses nutrientes para criar uma proliferação de fitoplâncton (conjunto de organismos vegetais aquáticos microscópicos, principalmente algas). Esse fitoplâncton absorveria o dióxido de carbono na atmosfera e, quando morresse, afundaria ficando depositado no solo marítimo. Mooney ressaltou que desde 1993 já foram conduzidos 13 experimentos desse tipo em todo o mundo, financiados principalmente por governos de países como os Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. “E todos foram um fracasso, mas eles continuam tentando, cada vez gastando mais do que antes”, garante Pat Mooney.

Os cientistas contrários à geoengenharia afirmam que não se tem ainda uma comprovação científica das consequências que estas técnicas provocarão sobre o planeta. Experimentos como a fertilização oceânica, que está sendo realizada atualmente perto do litoral da província de Columbia Britânica, no oeste do Canadá, pode destruir os ecossistemas marinhos, criar marés tóxicas, acelerar a acidificação da água e o aquecimento global.

Patentes

Uma pesquisa do ETC mostra que pelo menos 27 patentes já foram concedidas a inventores e cessionários, incluindo Bill Gates, Dupont, o governo dos Estados Unidos e várias corporações. Tais patentes significam que, se a utilização da geoengenharia avançar, as decisões sobre o clima serão efetivamente entregues ao setor privado. As técnicas que alteram a composição da estratosfera ou a química dos oceanos podem ter consequências inesperadas, assim como impactos desiguais sobre todo o mundo. ■

Debates sobre agroecologia e agrotóxicos

A necessidade do combate ao uso dos agrotóxicos e do incentivo à agroecologia foi debatida na mesa redonda “Impactos dos agrotóxicos na saúde e no ambiente” realizado no dia 16 de junho na Cúpula dos Povos, no Espaço Saúde, Ambiente e Sustentabilidade, pela Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, Abrasco, e o Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, Cebes.

O Brasil é hoje o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. O coordenador da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, Cleber Folgado, disse que a campanha tem como objetivos denunciar para a sociedade inteira, do campo e das cidades, os problemas causados pelos agrotóxicos e defender a proposta da agroecologia como agricultura alternativa. As três bandeiras do movimento contra os agrotóxicos são o fim da pulverização aérea, a forma mais irresponsável de uso de agrotóxicos; o fim das isenções fiscais e a destinação dos recursos angariados para o Sistema Único de Saúde, SUS, para tratar das vítimas; e mais investimentos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, que tem só 46 técnicos (para efeito de comparação, o órgão similar dos Estados Unidos tem 852).

Na ocasião, a engenheira agrônoma Flávia Londres também garantiu ser possível alimentar a população com alimentos saudáveis e em boa quantidade com o modelo da agroecologia. Segundo ela, a agroecologia é um sistema de produção agrícola que busca a sustentabilidade da agricultura familiar resgatando práticas que permitam ao agricultor produzir sem depender de insumos industriais como agrotóxicos.

Para Flávia Londres, o modelo de agronegócio predominante há mais de 50 anos não deu certo, pela exclusão e pobreza que gera, pelo esgotamento dos recursos e a contaminação do ambiente e pelo fato de haver hoje no mundo quase 1 bilhão de pessoas passando fome. Na ocasião, ela relançou o seu livro “Agrotóxicos – um guia para ação em defesa da vida”, editado pela Articulação Nacional de Agroecologia, e disponível para download no site <http://aspta.org.br>.

A pesquisadora Lia Giraldo lembrou que estamos comemorando 20 anos da Rio-92, 40 anos da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, quando, pela primeira vez, o tema ganhou destaque no cenário político mundial e, principalmente, 50 anos do lançamento do livro *Primavera silenciosa*, de Rachel Carson, considerado um marco de luta e denúncia sobre a questão dos agrotóxicos nos Estados Unidos, país que cedeu a liderança deste consumo para o Brasil. “Já naquela época, Rachel Carson abordava os agrotóxicos como

Foto: José Luiz



Em defesa das sementes tradicionais

um modelo casado com a superexploração da terra e das pessoas. O discurso econômico era de que seria uma forma de produzir em quantidade para acabar com a fome mas, assim como ocorre hoje com os transgênicos, sabemos que não é. Transgênicos e agrotóxicos estão juntos. Cinco ou seis grandes multinacionais dominam o mercado de agrotóxicos e de sementes transgênicas, e as vendas são casadas. As empresas transitam com apoio do governo. A bancada ruralista tem uma força imensa e faz *lobbies*. Os agrotóxicos têm subsídios de 60% e, em alguns estados, como o Ceará, 100% de isenção fiscal. Como os últimos três governos deixaram chegar nesse ponto?”, criticou. Ela também comentou sobre a venda indiscriminada de inseticidas domésticos que contêm as mesmas substâncias que muitos agrotóxicos, mas são vendidos como algo “limpo” para a população. “Crianças respiram veneno e a gente come veneno comprado no mercado. É uma inversão muitas vezes sustentada pela própria saúde pública, como no caso da dengue, em que os mosquitos se tornam resistentes ao veneno e é preciso aplicar cada vez mais e diferentes venenos, assim como nas pragas das lavouras. Mas somos uma espécie muito mais frágil que os mosquitos”, comparou. ■

Democracia direta e democracia representativa

A Cúpula dos Povos mostra ao mundo a diferença

O evento Cúpula dos Povos conseguiu reunir pessoas, entidades, ONGs, associações, comitês estaduais, cidadãos de todas as nacionalidades, de todas as idades, culturas diversas e diferentes religiões.

Essa mistura de gente e ações, arte, música, voz, atitudes, marchas, gritos de ordem, gritos de guerra, cores, sabores, formas, desenhos, pinturas e energia mostrou ao mundo a diferença entre a democracia direta e o encontro dos governantes com a democracia representativa.

Não vi nas discussões do RioCentro, a mesma força e vontade da sociedade civil. Entre medos, falta de comprometimento e nenhuma vontade de avançar, a Rio+20, mostrou ao mundo a alienação dos governantes frente ao planeta, suas especificidades, sua crise ambiental e social, a crise de populações inteiras que lutam por um mínimo de comida, sobrevivência e direitos básicos naturais de qualquer ser humano.

As pessoas que se encontraram na Cúpula dos Povos trouxeram experiências, atitudes, ações e interações que continuam conectando redes, lugares, de todos os cantos do planeta.

Mas os governos, penso, nem sequer tomaram conhecimento, de fato, do que está acontecendo no mundo. As pessoas, os povos não querem mais governos que os representem, essa democracia representativa das corporações, das empresas financiadoras de campanhas, de governos corruptos e comprometidos com o poder econômico, de um crescimento a qualquer preço está em franca decadência.

As pessoas querem a democracia direta, onde cada grupo, cada entidade, cada cidadão fala e age por si próprio, baseado em uma ética da verdade, do comprometimento com os direitos humanos, com a irmandade entre todos os seres vivos e coexistentes do planeta Terra. Essa irmandade foi sentida por mim durante a Cúpula dos Povos.

Seja caminhando entre as comunidades indígenas, dançando com os "Hare Krishna", vendo a arte dos artesãos, compartilhando discussões do povo de terreiro, dos povos afrodescendentes, dos trabalhadores, dos ecovileiros, dos artistas, dos músicos, participando das marchas dos ambientalistas, dos ativistas, dos arquitetos, dos amigos da terra, da Rede da Carta da Terra, do Pavilhão Azul, das tendas e plenárias, com pessoas de vários países, de todas as cores, religiões, o que vi foram pessoas conscientes de seu papel planetário e humano, em um momento muito especial do planeta, onde tudo pode dar certo ou se perder para sempre.

Além da poesia, da arte, vi em muitos olhos a alegria, senti em muitos abraços a energia amorosa, encontrei em muitas pessoas maravilhosas a certeza de que algo muito importante está acontecendo: elas sabem que podem juntas fazer a diferença.

Foto: Desirée Ruas



Voltei do Rio de Janeiro com um gás novo, ainda mais vivo e forte, me movendo a acreditar que vale apenas sim continuar lutando pelos valores que sempre acreditei serem válidos. O número de pessoas que estão lutando juntas está maior e melhor. A qualidade de conexão entre as redes está muito interessante e a troca seja de tecnologias, de experiências, de força está de fato cada vez maior! ■

Cúpula dos Povos: ampla participação da sociedade

Justiça social e ambiental Pelos direitos das populações vulneráveis

Foto: Desirée Ruas

A Cúpula dos Povos introduziu no discurso popular alguns conceitos até então pouco conhecidos pela sociedade, dentre eles, o de justiça ambiental.

Ao contrário do que muitos possam achar, o termo justiça ambiental não é tão recente assim, ele vem sendo empregado desde a década de 90 para designar a articulação da questão ambiental com as desigualdades sociais.

O movimento por justiça ambiental surgiu durante os anos 80 nos Estados Unidos, a partir de uma união entre as lutas de caráter social, territorial, ambiental e os direitos civis. Por anos, constatou-se que existia uma correlação entre o local em que os resíduos tóxicos eram depositados e onde certos grupos residiam. Os rejeitos perigosos eram, intencionalmente ou não, depositados onde as comunidades negras viviam, seja porque as terras eram mais baratas, seja porque essas comunidades eram menos organizadas. A escolha de determinados locais não se dava de forma aleatória, mas motivada pelas características socioeconômicas e raciais da população local.

A partir desse diagnóstico, assim como da análise de fatos semelhantes observados tanto nos Estados Unidos quanto em outros países, cunhou-se o termo injustiça ambiental para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações socialmente, economicamente e politicamente vulneráveis. Em contraponto à concepção de injustiça ambiental, criou-se a noção de justiça ambiental, para denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão da injustiça social venha a ser superada, integrando as lutas sociais e ambientais.

A desigualdade ambiental se manifesta tanto sob a forma de proteção ambiental desigual – flexibilização ou inexistência de uma legislação ambiental, diferença nos graus de exposição dos indivíduos aos riscos ambientais, como no caso das políticas de localização de grandes empreendimentos, de fábricas poluentes e infraestruturas perigosas que costumam penalizar, em particular, as áreas de residência das populações mais humildes – quanto ao acesso desigual aos recursos ambientais, o qual se verifica tanto na esfera de produção quanto na de consumo pois, enquanto uma pequena parte da população mundial tem um alto padrão de consumo, outra parcela não consegue adquirir o mínimo nem para a sua sobrevivência.

Deve-se entender que esse padrão de consumo também tem como resultado a injustiça ambiental pois, se os recursos naturais são finitos e o desejo consumista ilimita-



A crise ambiental planetária afeta mais intensamente as populações mais humildes

Cunhou-se o termo injustiça ambiental para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações socialmente, economicamente e politicamente vulneráveis.

► do, quem tem maior poder de compra consome mais e, por isso, tem maior responsabilidade pelos danos ambientais. Mas sabe-se que não são eles que pagam a conta.

Na atualidade, o termo justiça ambiental foi ampliado abrangendo os riscos que determinados grupos de indivíduos podem vir a sofrer diante do agravamento da crise ecológica que vivenciamos. Apesar dos grandes meios de massa, assim como os governos e as corporações difundirem que todos as pessoas estão igualmente sujeitas aos efeitos nocivos de uma crise ambiental e impondo a ideia de que todos os seres humanos seriam igualmente responsáveis pela crise ecológica, na realidade, o que se constata é que, embora sejam os que menos tenham contribuído para o estado de degradação ambiental atual, é sobre os mais pobres que recai, de forma imensamente desproporcional, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos.

A injustiça ambiental reflete-se igualmente no modo com que certas questões fundamentais para os países pobres são deixadas de fora na esfera decisória das grandes nações. Tanto a Eco-92 quanto a Rio+20 ignoraram temas que não interessam diretamente aos países mais ricos e às grandes empresas, como a questão da seca e da desertificação na África, a elevação do nível dos oceanos que levará ao desaparecimento de ilhas no Pacífico, aumentando o número de refugiados ambientais na Ásia, a biopirataria, que gera problemas sociais gravíssimos no mundo todo, principalmente para os pequenos agricultores, entre outros problemas, que preocupam seriamente os países menos desenvolvidos.

Além disso, questões como a destinação desproporcional dos riscos ambientais para os grupos social, econômico e politicamente vulneráveis, bem como a análise da relação entre os fins pretendidos com o aprofundamento da apropriação extensiva e intensiva do meio ambiente por parte das grandes corporações e as desigualdades sociais, permanecem ausentes da pauta de discussão dos governos.

Tendo em vista que a economia depende intrinsecamente dos recursos naturais, as discussões sobre meio ambiente têm como prioridade criar novas alternativas de como salvar a economia atual e não de como geri-la de forma sustentável. Por isso, pintam de verde a mesma economia e a prova disso é que não se discute o cerne dos problemas ambientais nas decisões globais.

Entres os principais fatores que contribuem para que grupos vulneráveis não consigam ter voz frente às desigualdades socioambientais, estão a falta de informação acerca dos seus direitos, e o fato de que são nas áreas de maior privações socioeconômicas que as pessoas acabam tendo menos acesso às esferas decisórias do Estado.

A noção de justiça ambiental parte do pressuposto que o problema da desigualdade e da miséria não são realidades isoladas, possuem uma intrínseca ligação com as questões ambientais, sendo que a erradicação da pobreza e o desenvolvimento social somente ocorrerão quando houver uma consciência voltada para o desenvolvimento sustentável, onde o básico para a sobrevivência humana, como o alimento, a água e a moradia não sejam mercadorias sujeitas à especulação do mercado, mas que sejam bens usados de forma consciente, onde o meio ambiente é considerado em sua totalidade. Engloba o acesso justo e equitativo dos recursos ambientais, de tal modo que esse direito possa ser livremente exercido, observando a dignidade da vida humana, sem deixar de respeitar todos os seres que compõem os ecossistemas e o direito das gerações futuras de também usufruírem de um meio ambiente equilibrado.

Sendo assim, a justiça ambiental não pode ser ignorada frente à crise ecológica, pois não se pode chamar de sustentável essa economia que retira de muitos para dar para poucos, se pinta de verde e ainda dita as regras sobre o futuro que nós queremos. ■



Participação de vários movimentos e indivíduos em uma das Plenárias de Convergência da Cúpula dos Povos por mais justiça socioambiental

Juventude na Cúpula dos Povos Novos caminhos para a convergência

A juventude é a fase da vida mais associada ao câmbio, à ousadia, à experimentação e à crença de que é possível fazer diferente. De *Woodstock* ao Fórum Social Mundial, não é de se estranhar que ela tenha papel fundamental nos grandes eventos mundiais dedicados a discutir outros mundos. Presentes em partidos políticos, movimentos feministas, de reivindicação pelo direito à terra, em grupos ambientalistas e em muitos outros, as alas jovens são essenciais ao desenvolvimento desses eventos. Tais experiências revelam, no entanto, a dificuldade em convergir bandeiras. Como, em meio a tantas pautas importantes e legítimas, construir uma mirada juvenil convergente, um lugar de fala próprio e fundamentado? Aí reside um grande potencial e, ao mesmo tempo, um grande desafio.

Foram inquietações assim que deram origem ao Enlace das Juventudes na Cúpula dos Povos, uma articulação de grupos, movimentos e entidades juvenis dedicada a mobilizar e qualificar sua participação naquele evento, o grande contraponto da sociedade civil organizada à Rio+20. As discussões se iniciaram já nos idos de 2010, mas foi no Fórum Social Temático, em janeiro deste ano, que as vontades ganharam fôlego e iniciaram essa tarefa nada fácil. O Enlace das Juventudes acreditava na possibilidade de convergir bandeiras, sentimentos e esforços dos movimentos juvenis na construção por justiça social e ambiental, tema guarda-chuva da Cúpula.

Durante meses e de maneira colaborativa, o Enlace construiu o Território das Juventudes, um espaço próprio na Cúpula para movimentos juvenis de todo o Brasil e também internacionais. Mais que um local para alojamento, o campus Praia Vermelha da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, sede do Território, permitiu a cerca de dois mil jovens um intercâmbio intenso de experiências. Uma das mais expressivas foi a organização autogestionada do espaço por meio das chamadas Brigadas, organizadas, entre outros, em torno da comunicação, limpeza e infraestrutura do Território. Nem todas tiveram o mesmo êxito, mas foi inegável o importante exercício da gestão coletiva e da superação conjunta dos desafios estruturais do Território. O Enlace das Juventudes também foi responsável pelas chamadas "rodas de convergência", atividades autogestionadas no Aterro do Flamengo que buscaram debater temas ligados à Cúpula. As discussões foram levadas a cada uma das Assembleias dos Povos, em nome do Enlace das Juventudes na Cúpula.

O Enlace começou antes da Cúpula, mas não acabou ali: as articulações costuradas entre os muitos movimentos juvenis certamente serão responsáveis por outros desdobramentos. Muito pouco, porém, se avançou em termos de articulação política no âmbito do Território, em parte pelos desafios estruturais mais urgentes daquele espaço, em parte pelo conflito evidente entre formas de luta e métodos de trabalho coletivo muito distintos. O processo, extremamente rico em termos de aprendizado e encontros, explicitou que outros espaços como esse se fazem necessários. A experiência do Enlace das Juventudes na Cúpula dos Povos nos devolve a pergunta inicial: como avançar na convergência das diversas bandeiras de luta da juventude? ■

Foto: Desirée Ruas



Enlace da Juventude apresenta suas contribuições na Assembleia dos Povos



Espaço da Florinda

Cúpula dos Povos reuniu crianças, jovens e adultos em busca de um futuro melhor para todos

Tantas culturas diferentes, tantos idiomas, modos de se vestir, se comunicar, e todos precisando dialogar sobre como cuidar melhor do planeta e das pessoas. Seja em encontros internacionais como a Rio+20 e a Cúpula dos Povos ou na nossa escola ou cidade, o esforço para viver em paz e em equilíbrio deve ser uma meta diária. Vale a pena o esforço: por mim, por você, por todos os seres e elementos do planeta.

Fotos: Desirée Ruas e José Luiz



Em um cenário especial, com as belezas naturais do Rio de Janeiro, alguns dos momentos da Cúpula dos Povos por mais justiça socioambiental.



Fotos: Desirée Ruas



Revista Ecologia Integral: versão eletrônica com acesso livre e gratuito

Desde 2001, a Revista Ecologia Integral está presente em bibliotecas comunitárias, associações e escolas em todo o Brasil. Em 2010, chegou ao fim a versão impressa e todos os números futuros estarão disponíveis para download no site www.ecologiaintegral.org.br.

Com a sua versão eletrônica de acesso livre e gratuito, todos podem continuar lendo suas matérias, artigos e reflexões sobre a ecologia pessoal, social e ambiental, cultura de paz, valores humanos, educação ambiental, dentre outros temas.

Atividades do Centro de Ecologia Integral

● Seminários, cursos, oficinas e palestras

- Ecologia integral
- Educação ambiental
- Consciência e consumo
- Comunicação interpessoal
- Desenvolvimento humano, de grupos, de comunidades e de organizações
- Psicodrama pedagógico, dinâmicas de grupo, contação de histórias, vivências e jogos aplicados à educação ambiental

● Outras atividades

- Grupo Consciência e consumo
- Grupos de conversação em língua estrangeira
- Biblioteca
- Cine-paz
- Revista Ecologia Integral
- Elaboração de cartilhas
- Passeios ecológicos de integração com a natureza
- Trilhas urbanas
- Grupo de Sonhos e Meditação

O Centro de Ecologia Integral, Cei, é uma associação sem fins econômicos reconhecida de utilidade pública municipal e estadual. É registrado no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais, CNEA, do Ministério do Meio Ambiente e no Cadastro Estadual de Entidades Ambientais, CEEA, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Semad, de Minas Gerais.



Centro de Ecologia Integral

Rua Bernardo Guimarães, 3101 - Sala 206
Bairro Santo Agostinho - Belo Horizonte/MG - Brasil
Cep: 30.140-083 - Tel.: (31) 3275-3602
E-mail: cei@ecologiaintegral.org.br
www.ecologiaintegral.org.br

Mais de uma década de informação e reflexão

Conheça os temas abordados pela Revista Ecologia Integral desde a sua criação em 2001

Para adquirir as versões impressas ainda disponíveis para venda envie um e-mail para secretaria@ecologiaintegral.org.br ou telefone para (31) 3275-3602 (14h–19h).

- Cúpula dos Povos e Rio+20. (Revista 42) **Versão eletrônica**
- Florestas. (Revista 41) **Versão eletrônica**
- Ciclos - No universo, no planeta e no ser humano. (Revista 40) **Versão eletrônica**
- Trabalho - Fonte de renda, realização pessoal e construção social. (Revista 39) **Primeira em versão eletrônica**
- Ecologia integral. (Revista 38)
- Solidariedade, o caminho para superar momentos de crise. (Revista 37)
- Ciência e tecnologia. Contribuições para a sustentabilidade socioambiental. (Revista 36)
- Planeta Terra. O maior patrimônio da humanidade. (Revista 35)
- Patrimônio cultural. O que recebemos e o que deixamos. (Revista 34)
- A vida no campo. A relação com a agricultura, com a natureza e os desafios de quem vive no meio rural. (Revista 33)
- A vida nas cidades. Limites e possibilidades do meio urbano. (Revista 32)
- O lixo que não é lixo. Resíduos sólidos. Um desafio para a sustentabilidade socioambiental. (Revista 31)
- Sinais do planeta, a responsabilidade humana nas mudanças climáticas. Aquecimento global. (Revista 30)
- Educação ambiental. Para aprendermos a cuidar da vida em todos os ambientes. (Revista 29)
- Direito Ambiental. As principais leis brasileiras que regulam a relação ser humano natureza. (Revista 28)
- Sustentabilidade socioambiental. Cuidar da Terra. Cuidar da Vida. (Revista 27)
- Saúde, estilo de vida e meio ambiente. (Revista 26)
- Valores humanos. Resgatar o respeito, a verdade, a cooperação e a paz é o papel de todos nós. (Revista 25)
- Economia solidária. (Revista 24)
- Em busca da paz. (Revista 23)
- Alimentação, consciência e saúde. (Revista 22)
- Agenda 21 Global, Brasileira, Local e Escolar. Por uma sociedade sustentável. (Revista 21)
- Folclore. Os costumes e as lendas que fazem a história do povo brasileiro. (Revista 20)
- Povos Indígenas. A diversidade étnica, cultural e linguística dos primeiros habitantes do Brasil. (Revista 19)
- Consumo consciente. (Revista 18)
- Diversidade e cooperação. O que nos ensinam as espécies no mundo animal. (Revista 17)
- Biodiversidade. A lição de respeito e harmonia que vem da natureza. (Revista 16)
- Atmosfera em perigo. É o ar que nos possibilita a vida. O que temos dado em troca? (Revista 15)
- A energia em nossas vidas. Sol, a grande fonte de energia. (Revista 14)
- O solo do planeta. Sustento e espaço social. (Revista 13)
- O presente e o futuro das águas. (Revista 12)
- O que eu posso fazer por mim, pelo outro e pela natureza em 2003? (Revista 11)
- Ecovilas: espaços sustentáveis de vida. (Revista 10)
- Ecologia Integral. (Revista 9)
- Educar para a vida. (Revista 8)
- Desafios do cenário urbano. (Revista 7)
- Poluição sonora. Causas e efeitos do barulho que o planeta é obrigado a escutar. (Revista 6)
- Orgânicos. Alimentos sem agrotóxicos e com respeito ao meio ambiente. (Revista 5)
- Os impactos do lixo no planeta. A importância de reduzir, reutilizar e reciclar. (Revista 4)
- Índios Krahô, uma lição de paz e vida comunitária. (Revista 3)
- Por uma cultura de paz, educação para a paz. (Revista 2)
- Ecologia integral, consciência e ação ecológicas. (Revista 1)

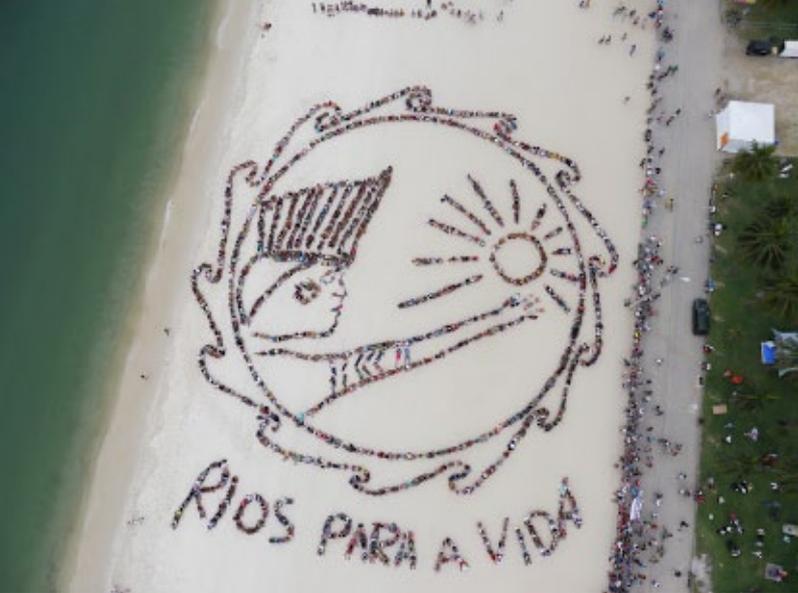


Foto: © ChicoPaulo/Spectral Q/Amazon Watch

Nas areias do praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, durante a Cúpula dos Povos, protesto da ONG Amazon Watch reuniu cerca de mil e quinhentas pessoas para a formação de um desenho humano para chamar a atenção sobre os riscos sociais e ambientais provocados pela construção de grandes barragens nos rios da Amazônia.



Foto: Desirée Ruas